

Nº 005 - ABR'25 - €1,50

R E V I S T A D A
A R M A D A



NRP VIANA DO CASTELO
INICIATIVA MAR ABERTO 2024



CURIOSIDADES

UMA MEMÓRIA VIVA DO QUOTIDIANO DA FAMÍLIA REAL

É inequívoca a ligação que o rei D. Carlos teve com o mar.

Para a realização dos seus estudos científicos D. Carlos adquiriu, ao longo dos anos, cinco iates, todos denominados **Amélia**, em homenagem à Rainha, sua esposa.

Após a Implantação da República, vários Ministros da Marinha expressaram a intenção de preservar, para memória futura, os pertences que D. Carlos e D. Manuel que deixaram a bordo, nomeadamente retratos régios, mobiliário, objetos de adorno ou até louças e talheres com a coroa da Casa de Bragança, que o Comandante Quirino da Fonseca conseguiu assegurar que fossem recolhidos e transportados para a Sala do Risco para incorporação no futuro Museu de Marinha que iria ser erguido nas alas norte e oeste do Mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

A 13 de agosto de 1956 iniciou-se o transporte, em numerosos volumes, do **Salote do Rei** e a **Camarinha da Rainha** para o Museu de Marinha, numa operação ao cuidado do Comandante Fortée Rebelo. A reconstituição dos espaços régios *in situ*, foi da responsabilidade do Diretor do Museu à época, Comandante Jaime do Inso, sob monitorização do Subdiretor, Comandante Gomes Namorado.

Este espaço, que hoje podemos visitar no **Museu de Marinha**, numa sala própria e exclusiva, é de facto uma memória viva do quotidiano da Família Real a bordo do late **Amélia**, onde as recordações estão enraizadas e sussurram em cada metro quadrado do **Salote do Rei** e da **Camarinha da Rainha**.

Colaboração do Museu de Marinha



Camarinha da Rainha



Salote do Rei



Camarinha da Rainha

Fotos Museu de Marinha



SUMÁRIO

- 02 Curiosidades
- 04 Entrevista – Diretor de Saúde
- 10 5º Encontro Internacional
Enfermagem Militar
- 15 Testemunho | Colômbia
A minha jornada numa Missão de Paz
- 16 Exercício KLAIPEDA25
O teste final antes da Missão na Lituânia
- 22 Tomada de Posse
- 23 Dia Nacional do Sargento
- 24 Guerra no Pacífico – Peleliu, a Batalha esquecida
- 25 Gentes, Monumentos e Acontecimentos (6)
- 30 Vigia da História ~ 143
- 31 *In Memoriam*
Monsenhor António Alexandre Ferreira de Melo
Capelão da Marinha
- 32 Agenda Cultural
- 33 Quarto de Folga
- 34 Notícias Pessoais
- CC Marinha Portuguesa em Selos (XIII)

DESTAQUES

- 07 Cuidar da Saúde de Todos
Uma Responsabilidade Essencial
- 11 Moçambique – EUTM-MOZ
Missão de Treino da União Europeia
- 18 *Iniciativa Mar Aberto 2024*
NRP *Viana do Castelo*

Capa

NRP *Viana do Castelo* – *Iniciativa Mar Aberto 2024*

Foto Comando do NRP *Viana do Castelo*

Diretor

CALM AN António Carlos Dias Gonçalves

Subdiretor

CTEN TSN – COM Ana Alexandra Gago de Brito

Coordenador da Redação

STEN TN (RP) Ana Catarina Marques Gomes

Designer Gráfico

STEN TSN (DSG) Mariana Gonçalves Lage

Secretário da Redação

SCH CM Paulo Jorge Dias Matias

Administração, Redação e Edição

Revista da Armada – Edifício das Instalações
Centrais de Marinha – Rua do Arsenal
1149 – 001 Lisboa – Portugal
Telef. +351 211 593 251

Redação

revista.armada@marinha.pt

Secretaria/Assinaturas

ra.secretaria@marinha.pt
Telef. +351 211 593 251

Estatuto Editorial

[www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/revista-armada.aspx)

Paginação eletrónica e produção

AVCprint – Artes Gráficas
Rua dos Juncais nº 2-A
2665-241 Malveira
Telef. +351 219 750 561
(Chamada para rede fixa nacional)

Publicação Oficial da Marinha

Periodicidade mensal
Nº 605 / Ano LV
Abril 2025

Tiragem média mensal

3250 exemplares

Revista registada na ERC

Registo nº 127719
Depósito legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade

Marinha Portuguesa
NIPC 600012662



REVISTA DA
ARMADA



ENTREVISTA

DIRETOR DE SAÚDE | COMODORO ANTÓNIO OLIVEIRA ANÃO

De forma a ficarmos a saber um pouco mais sobre a realidade da Saúde da Marinha e das Forças Armadas, a sua articulação com o Sistema de Saúde Militar, a nova realidade do Hospital das Forças Armadas (HFAR), as carreiras da Saúde Militar, como também a Saúde Ocupacional, Medicina Operacional, as melhorias dos equipamentos e instalações, e o futuro da Saúde Naval, o CFR REF Melo e Sousa (MS) entrevistou o Diretor de Saúde, o COM António José Machado dos Santos de Oliveira Anão (OA) que nos esclareceu sobre estes assuntos.

MS: Como caracteriza o estado atual da Saúde Naval?

OA: Considero que, no plano estratégico, existe alguma indefinição, fruto da reforma do Sistema de Saúde Militar, ainda em curso, e que não se encontra plenamente consolidada. No plano operacional, tem sido possível, não sem esforço coletivo apreciável, cumprir as missões que nos estão atribuídas, sem prejuízo, por outro lado, de assegurar as restantes funções da Saúde Naval, nomeadamente no âmbito do apoio assistencial e no âmbito ocupacional.

MS: Quais os principais desafios que atualmente se colocam na gestão superior do apoio médico-sanitário à Marinha e à família naval?

OA: No contexto da reforma do Sistema de Saúde Militar, anteriormente referida, tem sido particularmente desafiante assegurar a capacidade de apoio sanitário à componente operacional do dispositivo naval e restantes missões atribuídas, mantendo, por outro lado, simultaneamente, o adequado apoio assistencial à família militar. Esta articulação exige uma gestão criteriosa de recursos humanos, porque, perante um cenário de escassez, nem sempre é fácil empenhar as pessoas em tarefas que cumpram as suas expectativas de carreira, e de diferenciação técnica nas diferentes áreas da saúde. Ainda assim, creio que tem sido possível manter, em alto nível, o cumprimento das missões que nos estão atribuídas.

MS: Que diferenças encontra entre a prática da Medicina Militar e a Medicina Civil?

OA: Do ponto de vista doutrinário não devem existir grandes diferenças entre os aspetos técnicos de abordagem ao doente ou à vítima, bem como nos aspetos ocupacionais de emprego de pessoas, entre a Medicina Civil e a Medicina Militar. Dito de outra forma, devemos aplicar à Medicina Militar os mesmos padrões e intervenções que são consagrados pelas melhores práticas da Medicina Civil. Isto no plano estritamente técnico. Do ponto de vista do exercício da medicina, é evidente que o ambiente castrense impõe determinadas particularidades, que são próprias da condição militar. Saliento que a Medicina Militar, salvo melhor opinião, é a única condição profissional que impõe dois juramentos conjuntos de caráter ético-deontológico, nomeadamente o juramento de Hipócrates, e o Juramento de Bandeira (ou fidelidade), para além, obviamente, do cumprimento do código deontológico médico, e do respeito pelos deveres



Foto: SCH CM Dias Matias

O COM Oliveira Anão a ser entrevistado pelo Comandante Abel Melo e Sousa

militares. Este enquadramento ético é, portanto, distinto do mundo civil e deve ser condensado numa condição específica que se traduz no conceito de "medicina-militar". Saliento, ainda, que estes aspetos são, também extensíveis a todos os quadros técnicos na área da saúde, nomeadamente farmacêuticos, enfermeiros, técnicos de saúde, psicólogos, etc. Precisamente por isto, considero que o caráter ético da saúde-militar, tem particularidades próprias que devem ser fundamentadas dentro da própria instituição.

MS: Como vê a evolução do apoio médico-sanitário na Marinha, e a sua integração no Sistema de Saúde Militar?

OA: A evolução, numa perspetiva histórica, tem sido no sentido da integração progressiva num ambiente conjunto, promovendo a colaboração com os outros Ramos das Forças Armadas e o EMGFA. Lembro as condicionantes específicas das operações navais, no âmbito médico-sanitário, implicam uma individualidade própria da Medicina Naval, que não se consegue eludir por estes aspetos organizacionais. Podemos assim concluir que a identidade da medicina-naval é condicionada por fatores operacionais, e esses, naturalmente, vão continuar a manter-se. Ainda assim, apesar desta tendência centralizadora, considero que a perda do antigo Hospital de Marinha constituiu um fator crucial neste processo, que ainda não foi plenamente resolvido do ponto de vista organizacional. Por outro lado, temos de reconhecer que o Hospital das Forças Armadas



(HFAR), apesar dos seus problemas funcionais – próprios de uma instituição relativamente nova, deve, no atual contexto, ser encarado como o novo Hospital da Marinha, contribuindo a Saúde Naval, na sua quota-parte, para que este desiderato se atinja.

MS: Como vê o papel do HFAR no contexto da Saúde Naval?

OA: Como acabei de referir o HFAR assumiu a herança estrutural e funcional do anterior Hospital da Marinha, à qual se acrescentam, também, a Unidade de Tratamento Intensivo, Toxicodependências e Alcoolemia (UTITA), o Laboratório de Análises Forenses e Toxicológicas da Marinha (LAFTM) e ainda, mais recentemente, o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH). Para além do Hospital, as três estruturas referidas constituíam (e assim devem continuar) centros de referência a nível nacional, tendo sido retiradas, neste processo de reestruturação, também à matriz interna da Saúde Naval. Neste contexto, assumindo desapaixonadamente os factos, o HFAR não pode deixar de se assumir como a estrutura centralizadora dos cuidados diferenciados assistenciais na Saúde Naval.

A minha visão estratégica é suportada por uma colaboração total entre as instituições e por uma interdependência assumida entre o HFAR e a matriz interna da Saúde Naval, na dependência da Direção de Saúde. De salientar que o HFAR se encontra na estrutura do EMGFA, devendo ser dotado de pessoal destacado a partir dos Ramos. Nesse sentido, em nome da eficiência de processos, deve ser assegurada a mais ampla colaboração, considerando que a Medicina Naval não pode sobreviver sem o apoio hospitalar, mas também o Hospital precisa dos recursos humanos que a Marinha recruta, forma e apronta, beneficiando ainda, amplamente, de todo o trabalho sanitário, feito, a montante e a jusante, no Ramo.

MS: Recomenda vivamente aos militares e famílias a utilização do HFAR?

OA: Recomendo plenamente essa utilização, porque é também pelo recurso ao Hospital que ocorre a valorização do mesmo como instituição. Na realidade atual o HFAR, apesar das dificuldades com que, assumidamente, se debate, constitui uma aposta que só poderá vir a vencer, dado não se vislumbrar, no cenário atual, outra alternativa no apoio sanitário assistencial de retaguarda. É evidente que, sendo os recursos limitados, nem sempre será possível prestar à família militar o atendimento assistencial ambulatorial e/ou cirúrgico com a precocidade desejável, mas creio que o futuro deverá permitir assegurar maior capacidade instalada e uma resposta mais adequada às expectativas dos seus utilizadores.

MS: Que expectativas válidas considera no âmbito das carreiras dos quadros especiais da Saúde da Marinha?

OA: A Marinha deve assegurar carreiras capazes de despertar interesse nos mais jovens, sobretudo nos licenciados nas diferentes áreas técnicas que contribuem para a Saúde Naval. Para que se mantenha a atratividade no recrutamento e a necessária retenção de quadros, deverão ser garantidas carreiras estáveis, mas ao mesmo tempo desafiadoras e tecnicamente robustas. Estas, deverão ser traduzidas, no caso dos médicos, pelo acesso privilegiado aos internatos

de especialidade, bem como, em todas as classes, a formação especializada e cursos específicos. A esta componente de formação técnica deverá associar-se um forte elemento de experiência tática e operacional, proporcionando competências no âmbito da saúde-militar, particularmente em ambiente naval. É importante referir que existe um conjunto alargado de classes, subclasses e ramos técnicos com qualificações muito diferenciadas na área da saúde, que contribuem, no seu conjunto, para o cumprimento das missões que nos estão atribuídas. Neste contexto, para que se mantenham as nossas capacidades de apoio operacional, de avaliação ocupacional, e de resposta assistencial, é necessário assegurar a plena motivação de todos os intervenientes, integrando-os em carreiras estruturadas, lógicas e, como disse, tecnicamente aliciantes.

MS: No âmbito da Saúde Ocupacional qual é a prática atual da Marinha?

OA: A Saúde Ocupacional tem como objetivo assegurar a condição física e psíquica dos militares na efetividade do Serviço, de forma a garantir o desempenho de funções em ambientes muitas vezes hostis e particularmente exigentes do ponto de vista orgânico e emocional. A Saúde Ocupacional da Marinha encontra-se suportada por um conjunto de avaliações periódicas e circunstanciais que compreendem a avaliação clínica e a utilização de meios complementares de diagnóstico em todos os militares e militarizados, bem como aos civis que, neste caso, são abrangidos pelas normas legais da saúde no trabalho. Este sistema de avaliação da aptidão é algo que tem uma longa tradição na nossa instituição e tem sido responsável por assegurar que os índices de saúde na Marinha sejam, comparativamente com a sociedade civil, bastante satisfatórios. Uma nota para as Provas de Avaliação Física (PAF) onde é solicitada, também, a avaliação e aptidão médica para a sua realização. Saliento ainda que a exigência e especificidade das avaliações médicas feitas no âmbito da Saúde Ocupacional, é diferenciada de acordo com fatores de risco profissional inerentes às diferentes classes e atividades realizadas. São disto, bons exemplos, as classes de mergulhadores e fuzileiros, bem como o serviço em submarinos, entre outros.

Saliento, por último, que na componente inspetiva, existe um contributo muito importante prestado pelas Juntas Médicas da Armada, nomeadamente pelas Junta de Recrutamento e Classificação, Junta de Saúde Naval, e Junta Médica de Revisão da Armada. Relevo o papel da primeira na avaliação da aptidão física e psíquica em contexto de recrutamento, bem como, nas restantes, as exigentes funções de determinação da aptidão em militares, militarizados e civis.

MS: No que respeita a equipamentos médico-sanitários e instalações, que ações é que se encontram em curso?

OA: No que diz respeito aos equipamentos médicos torna-se importante promover a sua renovação, dado que o parque existente nas diferentes unidades de saúde se encontra deficitário e, em alguns casos já degradado por anos de utilização. Neste contexto, foi lançado em 2024 um concurso público, em fase de execução, que promoverá um amplo reequipamento de artigos para as unidades navais e em terra, nomeadamente monitores e desfibriladores, alcoolímetros, equipamentos de análises, etc. No âmbito das insta-

lações, salienta-se, como obra mais relevante, toda a vasta intervenção arquitetónica de recuperação da ala Norte do segundo piso do Centro de Medicina Naval (CMN). Esta obra urgia concretizar, dado tratar-se de uma área de construção bastante antiga, e já em fase de degradação – aspetos que contrastavam com o restante edifício do CMN que foi sendo reabilitado nos últimos anos. Esta intervenção encontra-se em curso, prevendo-se a sua concretização no mês de março deste ano, o que constituirá uma enorme mais-valia na organização interna, e no aproveitamento do espaço da nossa principal Unidade de Saúde. Será possível, portanto, adequar a estrutura arquitetónica às funções realizadas, conferindo maior dignidade aos espaços de trabalho e sobretudo, aumentar muito a sua funcionalidade, nomeadamente para funções administrativas, espaços de reunião e, se necessário, mais gabinetes de consulta.

MS: E internamento no CMN?

OA: Não, o CMN é uma Unidade de Saúde do Tipo 3, de acordo com a classificação definida pela Sistema de Saúde Militar. Este tipo de unidade compreende uma série abrangente de valências, mas não tem condições para internamento e, apesar de ter apoio sanitário 24 horas por dia, este terá sempre de ser considerado em condições de ambulatório. De resto, foi sempre este o modelo vigente desde a sua criação, sendo as situações carentes de internamento remetidas, de acordo com a sua gravidade, para unidades hospitalares, das quais se salienta, obviamente, o HFAR.

MS: Considerando a importância da Medicina Operacional, qual é o modelo de aprontamento atualmente em vigor?

OA: Do ponto de vista da Medicina Operacional o aprontamento é sobretudo assegurado pelo Departamento de Saúde Operacional do Centro de Medicina Naval, que tem, entre outras, a função de avaliação e preparação sanitária dos militares nas fases de preparação para a missão, bem como no período de retração ou regresso. Dentro do Sistema de Saúde Militar temos também, em muitos casos, que recorrer ao apoio prestado pelo Centro de Intervenção e Epidemiologia Preventiva (CEIP), um órgão na dependência do HFAR, sobretudo nas missões que impliquem destacamentos para o estrangeiro.

MS: Quais as principais mudanças que podemos perspetivar no futuro da Saúde Naval?

OA: Como base de avaliação, é importante referir que existem alguns aspetos que controlamos, e outros em que estamos particularmente dependentes de fatores externos. Considerando a atual reforma do Sistema de Saúde Militar, na qual nos integramos, se for prosseguida a estratégia centralizadora – preconizada na atual Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas (LOEMGFA), bem como nos despachos ministeriais que promovem a gestão centralizada da Saúde Militar no EMGFA – podemos esperar uma visão cada vez mais conjunta.

MS: Isso pode ser considerado uma “pequena revolução”?

OA: Na verdade, diria que, em relação à forma setorial tradicional de gestão da saúde pelos Ramos, trata-se, mesmo, de uma grande mudança no modelo organizativo. Aqui, há que

fazer escolhas estratégicas, considerando que, se a componente técnica da maioria das especialidades médicas, de enfermagem e outras, deve ser realizada em ambiente hospitalar (no panorama atual, por inerência de conjunto), fará sentido que essa gestão e harmonização de carreiras seja feita por uma entidade única. Atualmente, do ponto de vista da intenção da tutela política, parece ter sido esta a visão, atribuindo ao EMGFA, nomeadamente à Direção de Saúde Militar (DIRSAM), a missão de a concretizar.

Por outro lado, não é esta a tradição dos Ramos e, portanto, essa opção carece de uma forte convicção política para a pôr em marcha. Como elemento de reflexão, saliento que o HFAR, sendo partilhado por recursos dos três Ramos, deverá ser o local onde a maioria dos profissionais de saúde deverão exercer a maior parte das suas carreiras. Assim, assumindo esta Unidade como a peça angular e centralizadora no sistema (como acontecia, anteriormente com os Hospitais dos Ramos), poderá fazer sentido caminhar-se, de forma consequente, nessa direção. De resto, lembro que têm sido adotadas soluções deste teor por outras instituições militares de países que nos são próximos. Enquanto Diretor de Saúde saliento ainda, que, por outro lado, esta opção, a concretizar-se, deverá ser compaginada com dois aspetos absolutamente estratégicos: um, obviamente, é assegurar plenamente a missão de apoio médico-sanitária operacional à Marinha, razão primeira e última da nossa existência. O segundo, compreende a preservação da cultura e identidade próprias da Saúde Naval, aspetos que constituem elementos matriciais da nossa organização e sem os quais dificilmente manteremos o espírito agregador e o *ethos* de missão que nos caracterizam. Recordo que o saudoso Hospital de Marinha foi inaugurado em 1806 e que a entrada de médicos por concurso, para os quadros da Marinha, se encontra documentada desde 1835, para não falar da extensa história antecedente da nossa epopeia marítima. Assim, a Saúde Naval tem uma forte tradição que não pode nem deve ser desperdiçada. Neste contexto, o grande desafio é articular a preservação desta identidade própria, que volto a repetir, é determinada pelo espaço físico onde operamos e por séculos de tradição, com as atividades em ambiente conjunto, e em articulação permanente com os outros Ramos. O futuro dirá como se definirá o estado final deste processo de reforma, e de que modo se irá consolidar. Parece-me, apesar de tudo, consensual, que a situação atual está longe de estar otimizada, e existem problemas organizativos no âmbito do Sistema de Saúde Militar que urge resolver.

MS: Já agora uma mensagem para a Família Naval...

OA: Apraz-me dizer que devem confiar na Saúde Naval e nos seus profissionais, sabendo que a capacidade para apoiar o pessoal embarcado e nas unidades em terra, está assegurada, bem como, dentro dos recursos instalados, e reconhecendo diversas dificuldades, se encontra mantido o apoio assistencial a todos os que aqui prestam serviço, bem como à família militar em *lato sensu*. Este aspeto, obviamente, a concretizar em colaboração com os restantes elementos do Sistema de Saúde Militar, onde nos integramos, e em particular com o HFAR – que é, também, o nosso Hospital.



Abel Melo e Sousa
CFR REF



CUIDAR DA SAÚDE DE TODOS

UMA RESPONSABILIDADE ESSENCIAL



Fotos ASPOF TN (RP) Ramos Henriques

O Superintendente do Pessoal, VALM Proença Mendes na abertura do workshop "Cuidar da Saúde de Todos: Uma Responsabilidade Essencial"

A Escola Naval acolheu, no dia 10 de janeiro de 2025, um *workshop* de Saúde Ocupacional subordinado ao tema "Cuidar da Saúde de Todos: Uma Responsabilidade Essencial". Este evento, organizado pelo Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho da Superintendência do Pessoal, assumiu particular relevância no panorama da Saúde Ocupacional da Marinha.

O *workshop* alcançou uma expressiva adesão, reunindo aproximadamente 70 participantes. Embora tenha sido especialmente direcionado aos Chefes de Núcleo de Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente (Chefe NSA) e Delegados Técnicos de Saúde no Trabalho (DT-ST), a iniciativa atraiu Militares, Militarizados e Cíveis (MMC) de diferentes áreas enriquecendo substancialmente o debate e a troca de experiências.

O sucesso do evento, refletido no envolvimento ativo dos participantes e na qualidade das apresentações, permitiu esclarecer importantes questões sobre saúde ocupacional e alertar para temas que têm suscitado mais dúvidas no dia a dia. Tornou-se clara a necessidade de maior responsabilização a todos os níveis hierárquicos, onde a liderança tem um papel fundamental como exemplo e motor da mudança.

CARACTERIZAÇÃO DOS DELEGADOS TÉCNICOS DE SAÚDE NO TRABALHO DA MARINHA

A Direção de Saúde foi convidada a participar neste evento, marcando presença com uma apresentação do CTEN MN Santos Henriques, que partilhou os resultados de um

estudo pioneiro sobre os Delegados Técnicos de Saúde no Trabalho (DT-ST) da Marinha.

O estudo, que alcançou uma significativa taxa de resposta de 87%, traçou um perfil detalhado destes profissionais essenciais para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente da Marinha (SGSAM). Os resultados revelaram uma equipa maioritariamente constituída por oficiais enfermeiros, com idades entre os 35 e 44 anos.

A investigação identificou aspetos cruciais para o desenvolvimento da função: cerca de 58% dos delegados exerciam as funções pela primeira vez, sendo que 73% não receberam passagem de serviço pelos seus antecessores. Foi também evidenciada a necessidade de formalização do cargo, dado que um terço dos profissionais ainda não tinha nomeação oficial ou formação específica (curso ASH01-PAFM II).

Uma das principais conclusões apresentadas no *workshop* foi a necessidade de criar um cargo específico de DT-ST nos mapas de cargos de todas as UE0-SA1, em regime de acumulação interna, proposta apoiada por 70% dos inquiridos. Esta medida visa contribuir para colmatar o atual constrangimento temporal, onde a maioria dos delegados apenas consegue dedicar uma hora semanal a estas importantes funções.

MEDICINA DO TRABALHO NA MARINHA

No decorrer do *workshop*, a Dra. Maria Fátima Dias, Médica do Trabalho no Centro de Medicina Naval, apresentou

*Aspetto da assistência*

uma análise detalhada do enquadramento legal da Saúde Ocupacional, com especial enfoque nos procedimentos relativos a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A especialista destacou os pilares fundamentais da área – a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador – sublinhando a importância de uma avaliação cuidadosa da realidade laboral e a verificação dos requisitos legais e técnicos. Esta abordagem sistemática visa identificar precocemente potenciais riscos e implementar medidas preventivas adequadas.

Na vertente da vigilância da saúde, foram apresentados os requisitos legais dos exames médicos, desde a admissão até ao acompanhamento periódico, que deve ser bienal para trabalhadores com menos de 50 anos e anual para os restantes.

Relativamente aos acidentes de trabalho, foram detalhados os prazos legais: dois dias para o trabalhador comunicar ao superior hierárquico, que dispõe de 24 horas para encaminhar ao dirigente máximo, tendo este 30 dias para qualificar o acidente e informar o Serviço de Saúde Ocupacional. No caso das doenças profissionais, qualquer médico que identifique uma possível relação com as condições de trabalho deve efetuar a participação num prazo de oito dias úteis.

A Dr^a Maria Fátima Dias concluiu reforçando que o cumprimento rigoroso destes procedimentos não é apenas uma obrigação legal, mas uma responsabilidade essencial para a proteção efetiva da saúde dos trabalhadores da Marinha.

NAVEGAÇÃO PROLONGADA E SAÚDE A BORDO: IMPACTOS, ESTRATÉGIAS E LIÇÕES APRENDIDAS

Entre os pontos altos do *workshop*, destacou-se a apresentação da 1TEN TS-ENF Vera David sobre a sua experiência na missão SNMG1 do NRP *Corte Real*, realizada entre

julho de 2020 e janeiro de 2021. Este caso prático ilustrou como a resiliência organizacional se manifesta em situações extremas, particularmente durante o período desafiante da pandemia.

A preparação para a missão foi abrangente e metódica, com especial atenção à saúde mental da guarnição, reconhecendo os desafios psicológicos acrescidos do contexto pandémico. O aprontamento médico incluiu, para além da implementação de "bolhas Covid", a aplicação de questionários psicológicos pré-missão. Durante a missão, foi mantida uma monitorização constante da saúde da guarnição, uma análise sistemática das condições em cada porto e a promoção ativa de atividades desportivas e de lazer. A experiência demonstrou que teria sido vantajoso o apoio psicológico presencial numa fase mais precoce da missão, uma vez que quando a profissional foi deslocada ao navio, a guarnição, com apoio do Serviço de Saúde, já havia desenvolvido os seus próprios mecanismos de adaptação.

Durante a apresentação, foi destacado o Estágio em Apoio e Camaradagem na Saúde Mental (IPG08-PAFM II), uma formação de 18 horas que visa capacitar os militares para identificar e responder a situações de risco em saúde mental. Esta iniciativa demonstra o investimento da Marinha na construção de uma organização resiliente, preparada para enfrentar os desafios psicológicos inerentes às operações navais.

Num contexto operacional cada vez mais desafiante, marcado pela necessidade de cumprir objetivos ambiciosos com recursos humanos reduzidos, a oradora enfatizou a importância de implementar uma avaliação psicológica estruturada em três fases – pré-missão, durante a missão e pós-missão. Particular destaque foi dado à necessidade de assegurar um acompanhamento psicológico continuado aos militares que apresentem sinais de vulnerabilidade na avaliação pós-missão, reconhecendo que o impacto do stress operacional pode manifestar-se ao longo de vários anos, afetando significativamente o bem-estar e o desempenho dos militares.

EXPOSIÇÃO AO RUÍDO: MEDIDAS DE PROTEÇÃO AUDITIVA

O 1TEN TS-ENF Marcelo Ferreira apresentou uma palestra fundamental sobre a exposição ao ruído no trabalho, um dos principais riscos para a saúde ocupacional, especialmente relevante no contexto militar.

A apresentação, enquadrada pela Lei nº 102/2009 e pelo Decreto-Lei nº 182/2006, destacou os impactos significativos do ruído na saúde dos militares. Além das lesões auditivas, foram evidenciados outros efeitos preocupantes como problemas cardiovasculares, stress, perturbações do sono e redução da produtividade.

Um dado particularmente relevante surgiu de um estudo publicado na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, que revelou que militares com mais de três anos de navegação apresentavam uma taxa de perda auditiva de 46,4%, significativamente superior aos 26,4% observados em militares com menos de um ano de navegação.

Para mitigar estes riscos, foram apresentadas medidas de proteção em três níveis: técnicas (redução do ruído na fonte), administrativas (rotação de pessoal e planeamento) e individuais (protetores auriculares). O orador concluiu enfatizando que a exposição prolongada a ruídos intensos pode levar a perdas auditivas graduais e irreversíveis, embora estas possam ser prevenidas através de medidas adequadas, especialmente nas unidades operacionais onde o risco é mais elevado.

IMPLICAÇÕES DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM SST

A 1TEN TS-SAMB Telma Batista encerrou o *workshop* com uma apresentação baseada no relatório da Organização Internacional do Trabalho, focando os impactos das alterações climáticas na saúde ocupacional MMC da Marinha.

A análise detalhada identificou que, no contexto específico da Marinha, os MMC enfrentam riscos particulares que variam consoante as suas atividades. Nas atividades externas, como condução de viaturas, combate a incêndios e fainas, destacam-se os riscos associados ao calor excessivo e à radiação UV. Já nas atividades em espaços interiores, como casas das máquinas e oficinas, os principais desafios relacionam-se com ambientes quentes e limitações de ventilação.

Como resposta a estes desafios, foram apresentadas diversas medidas de mitigação, desde a integração de políticas de Segurança e Saúde no Trabalho nas políticas climáticas até à implementação de legislação específica. A oradora salientou ainda a importância fundamental da formação e das orientações técnicas para capacitar todo o pessoal na adoção de práticas seguras e sustentáveis face às alterações climáticas.



Colaboração da **SUPERINTENDÊNCIA DO PESSOAL**
Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho



5º ENCONTRO INTERNACIONAL ENFERMAGEM MILITAR

Realizou-se nos dias 22 e 23 de novembro de 2024 o 5º Encontro Internacional de Enfermagem Militar, este ano com a Escola Naval como anfitriã do evento. O encontro, cujo tema foi **"Desafios e futuro de carreira"**, reuniu enfermeiros militares dos três ramos das Forças Armadas, GNR bem como de países da CPLP e Espanha, promovendo assim o intercâmbio de conhecimentos e experiências na área da enfermagem militar.

Antecedendo o encontro, foi realizado um curso de *Tactical Combat Casualty Care* (TCCC) no dia 21 de novembro, na Escola de Fuzileiros, dirigido aos alunos civis das Escolas Superiores de Enfermagem das Universidades de Lisboa, Algarve e Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo esgotado as perto de 30 vagas nos primeiros dias, confirmando-se assim o crescente interesse da saúde militar na comunidade civil.

A participação de representantes do Conselho Federal de Enfermagem do Brasil (COFEN) reforçou o protagonismo que a enfermagem militar em Portugal tem tido no decurso dos últimos anos, não só a nível nacional, mas também a nível internacional, e que se reflete na presença continuada destes militares nos eventos realizados em Portugal.

Entre os temas debatidos, destacam-se as experiências relatadas nas missões de apoio à paz nas Forças Nacionais Destacadas, o papel da tecnologia e dos avanços científicos no contexto da saúde militar e da saúde pública no geral,

reforçando sempre a vertente do cuidado humanizado e da saúde mental em ambientes táticos.

Outros dos temas que despertaram maior interesse foram as mesas de debate sobre a diversidade das carreiras dos homologos brasileiros e espanhóis, e as expectativas a médio e longo prazo das estruturas militares quanto ao recrutamento e retenção destes profissionais com elevada diferenciação técnica.

Contou-se ainda com a colaboração do serviço de saúde da Base de Fuzileiros com a instalação do Posto Avançado de Socorro (PAS), que permitiu aos presentes contactar com os meios existentes para uma resposta imediata (*Role 1*) em ambiente tático.

Este encontro foi organizado sob a égide da Associação Portuguesa de Enfermagem Militar (APEM), que desde 1996, tem desempenhado um papel fundamental na promoção e desenvolvimento da enfermagem militar em Portugal, organizando encontros científicos e cursos.

Na cerimónia de encerramento foi ainda homenageado o Enfermeiro CFR OTS REF 1107161 José Marcolino Pinto Francisco.



Carlos M. Henriqueto Soares
CFR TS-ENF



Homenagem ao Enfermeiro CFR OTS REF José Marcolino Pinto Francisco



MOÇAMBIQUE – EUTM-MOZ

MISSÃO DE TREINO DA UNIÃO EUROPEIA

Em 22 de abril de 2020, o Conselho da União Europeia estabeleceu um quadro global para a colaboração com a República de Moçambique, reconhecendo a urgência da situação em Cabo Delgado. No seu seguimento, a 30 de março de 2021, durante a presidência de Portugal na União Europeia, o Comité Político e de Segurança aprovou um quadro político para abordar a crise, focado na formação e assistência às Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). A EUTM-MOZ foi assim oficialmente estabelecida pela Decisão (PESC) 2021/1143 do Conselho da União Europeia, em 12 de julho de 2021, em resposta a um pedido do governo moçambicano. A Capacidade Operacional Inicial (IOC) foi atingida em 1 de novembro de 2021, atingindo-se a Capacidade Operacional Total (FOC), declarada pelo Alto-Comissário da União Europeia e Vice-Presidente para os Negócios Estrangeiros, a 9 de setembro de 2022, data na qual, o COM Fuzileiro Rogério Martins de Brito assumiu o comando da Missão, por um período de 1 ano.

O mandato da missão, de natureza não-executiva, teve como principal objetivo apoiar uma resposta mais eficaz e eficiente por parte das FADM à crise em Cabo Delgado, em conformidade com o respeito pelos direitos humanos e o direito humanitário internacional.

A MISSÃO

A missão da EUTM-MOZ consistiu no treino e capacitação de 11 Forças de Reação Rápida (QRF), e, em paralelo, de formadores moçambicanos, para que as FADM se tornassem autónomas em termos de treino militar, e desenvolvessem as capacidades necessárias e sustentáveis para restaurar a segurança e oferecer capacidade de proteção à população civil em Cabo Delgado.

A missão de treino da União Europeia em Moçambique (EUTM-MOZ) foi criada em resposta à crise de segurança existente em Cabo Delgado, a província mais a norte de Moçambique. Desde 2017, esta região tem sido afetada por níveis crescentes de violência ligados a ações de grupos armados e ataques reivindicados pelo Estado Islâmico, resultando numa deterioração da situação de segurança e humanitária.

A União Europeia, através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), aprovou um pacote de assistência no total de 89 milhões de euros para as FADM. Este investimento traduziu-se na entrega de equipamento não letal, incluindo equipamento individual e coletivo, meios de mobilidade terrestres e marítimos, dispositivos tecnológicos e um hospital de campanha, visando reforçar as capacidades das QRF treinadas. Nesse sentido, foram estabelecidos grupos de trabalho multidisciplinares entre a COGINTA¹, as FADM e a EUTM-MOZ, com o objetivo de definir o tipo de equipamento que melhor se adaptava à utilização de uma QRF naquele teatro de operações. A EUTM-MOZ assistiu as FADM neste processo, nomeadamente na definição das especificações técnicas para aquisição de material, de acordo com os requisitos operacionais definidos para uma QRF.

IMPLANTAÇÃO DA FORÇA E ORGANIZAÇÃO DA MESMA

A missão da EUTM-MOZ estava implantada em três campos de treino: na Katembe (fuzileiros da Marinha), no Chimoio (comandos do Exército) e na Base Aérea de Mavalane em Maputo (Destacamentos de Controlo Aéreo Tático (TACP) da Força Aérea). A área de missão estabelecida contemplava o território de Moçambique, com exceção da região de Cabo Delgado. Esta limitação geográfica condicionou o processo de validação e lições aprendidas, bem como a monitorização direta do emprego operacional das unidades treinadas.

A missão contou com a participação de 12 países contribuintes: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Grécia, Áustria, Roménia, Finlândia, Lituânia, Itália, Suécia e Estónia.

Portugal, pelos seus laços históricos e diplomáticos com a República de Moçambique, assumiu o comando da missão e possuía o maior contingente, com 65 militares, de um total



Fotos Comando do Corpo de Fuzileiros



Foto da Página da EUTM-MOZ



Cabeça do velho, Chimoio

de 116. Os Formadores portugueses eram constituídos por militares Fuzileiros, Comandos, elementos TACP da Força Aérea e elementos da GNR.

Um apoio adicional à formação foi fornecido por treze instrutores das FAZSOI (*Forces Armées de La Zone Sud de L'Océan Indien*), da Ilha da Reunião, França, destacados para Moçambique para completar a formação na área do Apoio de Serviços de Combate. Este treino providenciado pelas FAZSOI estendeu-se à Saúde, Manutenção e Transporte, Abastecimento e Alimentação. As FAZSOI ministraram ainda o treino com sistemas aéreos não tripulados os quais permitiram fornecer às QRF uma capacidade de vigilância e recolha de informações importante para as suas operações, limitando a exposição de militares a riscos desnecessários.

O TREINO

Como referido anteriormente, o objetivo da EUTM-MOZ consistia em treinar 11 Forças de Reação Rápida: cinco de Fuzileiros e seis de forças especiais do Exército (Comandos). Adicionalmente, foram formados controladores aéreos avançados da Força Aérea que integraram as QRF, assim como formadores nas diversas componentes de modo a criar continuidade e autonomia futura às forças moçambicanas na condução do treino das QRF. De referir também, que o primeiro ciclo de treino das QRF foi efetuado no âmbito da Cooperação Bilateral entre Portugal e Moçambique, através do projeto nº 6 da Cooperação no Domínio da Defesa, com o treino de duas QRF (1 dos Comandos e 1 dos Fuzileiros), que incluiu ainda o primeiro grupo de TACP.

Dado que as características de cada QRF são distintas, cada Equipa de Formação da EUTM-MOZ seguiu o seu programa específico com áreas particulares, adaptando o calendário e a estrutura dos formadores da EUTM-MOZ/formandos das FADM de acordo com os objetivos de cada fase de treino. Não obstante, todos seguiram uma abordagem comum, tais como:

- Uma fase de *in-processing*, que incluiu um teste preliminar de competências individuais;
- Séries de treino como tiro, treino físico, comunicações e planeamento;
- Uma formação progressiva, desde a fase individual até à coletiva, com uma fase final de coesão/avaliação da QRF, destinada a todos os militares participantes;
- Uma formação especializada no âmbito do conceito de *Comprehensive Approach* (CA) da União Europeia em matérias relacionadas com o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos, conforme disposto no mandato;
- Um esforço simultâneo com o módulo *Train The Trainers* (T3), que contribuiu para a autonomia das FADM para a formação das QRF.

O treino especializado no âmbito do CA possuiu vários módulos, como descrito no quadro baixo:

Módulo	Organização / EUTM Trainers Staff
<i>Legal Advisor</i>	LEGAD
<i>International Humanitarian Law</i>	<i>International Committee of the Red Cross</i>
<i>Counter-Terrorism</i>	GNR Counter-Terrorism Advisors (CTAD)
<i>Civil and Military Cooperation</i> (CIMIC)	J9 officer & NCO
<i>Gender Advisor</i>	GENAD
<i>Cultural Advisor</i>	CULAD



No período sob comando da Marinha Portuguesa, concluiu-se o 2º ciclo de treino, tendo prosseguido com o 3º e 4º ciclos de treino por completo, tendo sido treinados, nestes dois últimos, 505 militares das QRF. Na fase final do 4º ciclo de treino, foi realizado um exercício onde as QRF operaram numa área de operações diferente do local normal de treino, a fim de colocarem em prática os ensinamentos assimilados e trabalharem em conjunto em determinadas ações. Durante este exercício, os militares das QRF tiveram oportunidade de utilizar pela primeira vez o equipamento individual e coletivo atribuído pela UE.



Foto da Página da EUTM-MOZ

A CRIAÇÃO DE COMANDOS ADMINISTRATIVOS PARA AS FADM

No âmbito da edificação da capacidade de QRF nas FADM, foi desenvolvido um projeto para colmatar um vazio identificado na organização das forças moçambicanas, visto que estas não possuem uma estrutura orgânica, nos respetivos Ramos, responsável pela geração, treino e aprontamento destas novas QRF e das Equipas TACP, assim como pela distribuição e manutenção do seu equipamento.

No que ao vetor da Organização diz respeito, este projeto focou-se no desenvolvimento de Comandos Administrativos (CA) que fossem responsáveis pelo planeamento e gestão do Ciclo Operacional das QRF. Este Ciclo Operacional compreendia essencialmente três grandes fases:

1ª FASE – Aprontamento/Treino, com duração de 4 meses;

2ª FASE – Emprego Operacional, com duração de 6 meses com um período de *stand-by* de 3 meses – apenas QRF Marinha;

3ª FASE – Regeneração, com duração prevista de 2 meses.

A APLICAÇÃO DO CONCEITO INTEGRATED APPROACH

Atendendo a que o contexto securitário em Cabo Delgado possui uma elevada complexidade tendo em conta os vários atores no terreno, a EUTM-MOZ aplicou o conceito definido pela EU de "*Integrated Approach*" para resposta a crises e conflitos. A aplicação deste conceito na zona de Cabo Delgado foi fundamental para o sucesso das QRF, ensinando e dotando-as de capacidade para desenvolverem em paralelo ações humanitárias, de segurança e de desenvolvimento das populações. Desta forma, as QRF ficaram melhor preparadas para aprofundarem laços com as Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais, autoridades locais, Forças e Serviços de Segurança, e sobretudo, com as populações locais nos teatros de operações.

Ainda neste âmbito, foram desenvolvidos diversos projetos designados por *Quick Impact Projects* (QIP), financiados por alguns países da UE. Os QIP fizeram parte da *Integrated Approach* onde a EUTM-MOZ identificou lacunas infraestruturais em áreas de treino ou em áreas carenciadas no meio civil, por exemplo a necessidade de um oficial CIMIC, e que se constituíram uma mais-valia para essas áreas, elevando a imagem e credibilidade da EUTM-MOZ. Alguns dos projetos desenvolvidos foram: edificação da capacidade ROLE 1 em Katembe, edificação de módulos funcionais em Mavalane, a realização de intervenções em infraestruturas com vista à melhoria de uma sala de aula, da torre de *rappel*, do abastecimento de água e do armazenamento de munições em Dongo e a construção de uma cozinha comunitária em Maputo.

TRANSIÇÃO EUTM-MOZ PARA EUMAM

Face aos resultados alcançados pela EUTM-MOZ no reforço das FADM, nomeadamente à formação das suas QRF, a União Europeia decidiu, em resposta a um pedido das autoridades moçambicanas, implementar uma nova missão. Esta nova missão, denominada Missão de Assistência Militar da UE (EUMAM Moçambique), marcou a transição de um papel destinado apenas à formação para uma função de apoio mais abrangente, com foco na mentoria e assessoria às FADM.

A mudança de nome não foi meramente simbólica. A EUMAM Moçambique possui a responsabilidade de auxiliar as FADM na edificação de um Quartel-General Operacional sustentável para o seu Exército e para a sua Marinha, bem como de um Estado-Maior dedicado às QRF. O objetivo é garantir que estas forças possam operar de forma autónoma e eficaz, graças à implementação de um ciclo operacional robusto e independente. Esta nova missão, que teve início a 1 de setembro de 2024, e que se prolongará até junho de 2026, visa garantir que as QRF estejam preparadas para atuar em Cabo Delgado, sempre em conformidade com o Direito Internacional.

Apesar de se manter em Maputo, o Quartel-General da EUMAM continuará a operar sob um mandato não-executivo, o que significa que a missão não estará diretamente envolvida em operações militares. Esta assistência militar da UE constitui-se apenas como mais uma peça de uma resposta internacional à crise em Cabo Delgado, que inclui não



só o apoio militar, mas também o diálogo político, a ajuda humanitária e os esforços para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento sustentável em toda a região de Moçambique.

Com esta nova abordagem, a EUMAM visa consolidar as ações que a EUTM ajudou a construir, garantindo que o trabalho feito até à data se transforme numa verdadeira capacidade operacional, e se mantenha de forma sustentável e duradoura para as FADM.

CONCLUSÃO

Com um investimento substancial de 89 milhões de euros, através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), a missão não se limitou apenas ao treino em si, mas incluiu também o fornecimento de equipamentos, meios e capacidades, aumentando desta forma o raio de ação das QRF.

Um aspeto crucial da missão foi a sua abordagem, aplicada de forma bastante abrangente, ao treino, que combinou elementos técnico-militares com aspetos de natureza humanitária e legal. Neste âmbito, o programa incluiu vários módulos especializados, permitindo desenvolver as QRF e torná-las mais versáteis, dotadas de mais conhecimentos situacionais, e preparadas para interagir com diferentes atores no terreno, desde organizações internacionais até à população local.

A missão teve um impacto significativo na capacitação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), tendo-se treinado várias forças de Fuzileiros, de Comandos e ainda de controladores aéreos avançados. Um aspeto particularmente importante foi a implementação do conceito *Train The Trainers* (T3), que visou garantir a autonomia das

FADM na formação futura das suas próprias QRF, criando assim uma capacidade sustentável a longo prazo.

A missão EUTM-MOZ representou um importante compromisso da União Europeia no apoio a Moçambique, em particular em resposta à crise de segurança existente em Cabo Delgado.

A criação de Comandos Administrativos específicos para gerir o ciclo operacional das QRF representou outro benefício duradouro da missão. Este tipo de estrutura organizacional, anteriormente inexistente nas FADM, permite agora uma gestão eficiente do ciclo completo das QRF, desde o aprontamento até ao emprego operacional e regeneração. Complementarmente, os *Quick Impact Projects* (QIP) implementados durante a missão contribuíram não só para melhorar as infraestruturas de treino, como também desenvolver projetos comunitários, fortalecendo assim a ligação entre as forças militares e as comunidades locais.

Em suma, mais do que uma missão de simples formação, a missão EUTM-MOZ provou ter um profundo efeito operacional nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, assim como nas populações locais nas áreas em que operou, aumentando a credibilidade da União Europeia pelos países que participaram na missão, mas sobretudo, a imagem e o papel de Portugal para com o país irmão.



Colaboração do **COMANDO DO CORPO DE FUZILEIROS**

Notas

¹ A Coginta é uma organização não governamental, especializada em governação judicial e de segurança, prevenção de conflitos e coesão social. O seu objetivo é apoiar os governos anfitriões no reforço das instituições judiciais e de segurança em conformidade com as normas e princípios do Estado de Direito, prevenção da violência, da insegurança e do crime, a fim de promover um ambiente conducente à estabilidade, paz e desenvolvimento socioeconómico. A Coginta tem sede em Genebra e representações nacionais na Bélgica, Burkina Fasso, Chade, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Moçambique, Níger e República Democrática do Congo.





TESTEMUNHO | COLÔMBIA

A minha jornada numa Missão de Paz

A CFR AN Sandra Marisa da Silva Cruz encontra-se numa missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (UNVMC). Trata-se de uma Missão Política Especial criada em 2016 pelo Conselho de Segurança da ONU, para verificar a implementação do Acordo Final de Paz e para ajudar a Colômbia no seu compromisso com a cessação do conflito e a consolidação da paz. A sua função centra-se na coordenação da unidade de saúde para cerca de 800 pessoas em 40 *duty stations*, distribuídas em diversas regiões do território colombiano (só existe uma unidade médica para 800 pessoas).

A minha jornada começou com um desafio: deixar a minha farda para trás e assumir um papel que exige não apenas liderança, mas fundamentalmente empatia e adaptação a um novo propósito.

Deixei Portugal e cheguei à Colômbia no dia 31 de maio de 2024 cheia de expectativas.

O meu trabalho centra-se numa unidade médica onde desempenho as funções de coordenadora onde muitos colegas chegam em busca de uma palavra de conforto e ânimo, um olhar, um apoio e não apenas para resolver questões de saúde física, mas também emocional. Assim como eu, muitos estão longe de casa, enfrentando desafios em um ambiente desconhecido e, às vezes, solitário.

Na unidade médica, cada dia é uma oportunidade de ser um ponto de apoio para alguém. Já acompanhei colegas que chegaram doentes com necessidade de internamento hospitalar. Nessas ocasiões, senti que a minha responsabilidade ia além da coordenação — era minha missão ser a família deles naquele momento. Acompanhar, apoiar e garantir que sentissem cuidado e segurança e é aqui que o meu trabalho se torna muito gratificante.

Empatia é o que guia cada interação. Somos alguém que está ali para escutar, não para julgar. O poder do abraço que acalenta, que apazigua a dor, em que estabelecemos um vínculo com uma energia tão forte que, naquele momento, sentimos que conseguimos mudar a vida daquela pessoa.

Cada acompanhamento mostrou-me o quanto pequenos gestos de empatia podem transformar momentos difíceis em memórias de resiliência e humanidade. Saber, mesmo estando longe dos meus próprios filhos e da minha família, posso ser um suporte para alguém que precisa, é o que me dá força para continuar.

É essa experiência que carrego com orgulho e gostaria de compartilhar. Porque, mais do que coordenar, estar numa missão humanitária significa construir laços e encontrar família, mesmo nos momentos mais inesperados.



Abraço o papel de estar presente para as pessoas — desde os profissionais que dependem da minha coordenação até a população que atendemos. E, nesta missão, encontrei também o Amor ao próximo que me ajudou a redescobrir a alegria de viver e o valor do equilíbrio emocional.

Participar nesta missão ensinou-me que a liderança é construída na soma de cada ação, grande ou pequena. O meu desejo é compartilhar a minha história para inspirar outras mulheres a nunca duvidarem do seu poder de transformação, mesmo nos cenários mais desafiadores.

A melhor missão que temos nesta vida é ajudar o próximo até que venha outra e outra missão... escutando olhares, lendo silêncios e desinfetando feridas...

Sandra Silva Cruz
CFR AN



Vista da cidade de Bogotá, Colômbia

EXERCÍCIO KLAIPEDA25

O TESTE FINAL ANTES DA MISSÃO NA LITUÂNIA

ENQUADRAMENTO

Como teste decisivo à prontidão e destreza operacional, realizou-se, entre 17 e 22 de fevereiro, o exercício KLAIPEDA25 para concluir o processo de aprontamento operacional da Força de Fuzileiros Lituânia 2025 (FFZ LTU25), destinada a reforçar as forças da NATO no flanco leste da Europa nesta primavera, no âmbito das *Assurance Measures* (Medidas de Tranquilização da Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Este exercício realizado a partir da Escola de Fuzileiros e sob a direção do Departamento de Treino e Avaliação do Corpo de Fuzileiros, teve como principal objetivo de treino testar e avaliar a Integração, Interoperabilidade e Interdependência (I3) dos diferentes módulos operacionais da Força Nacional Destacada (FND) em ambiente realista, preparando os militares para os complexos desafios de um teatro de operações exigente como o da Lituânia.

Centrado numa geografia desafiante, onde as águas ribeirinhas se fundem com terrenos de inserção e progressão difícil, que exigem precisão cirúrgica e operações meticulosamente planeadas, o exercício KLAIPEDA25 permitiu aferir o nível de desempenho da FFZ LTU25 para a sua futura missão. Para além da projeção de força, do apoio de combate e das operações especiais, o exercício incorporou ainda a capacidade cinotécnica, mergulho de combate, utilização tática de drones por elementos da X31, viaturas e embarcações, apoio de serviços em combate, bem como o emprego da arma HK416 e do moderno equipamento individual de combate reforçando, de forma inequívoca, a eficácia operacional e a letalidade da força em ambiente anfíbio.

OS FUZILEIROS E AS NATO *ASSURANCE MEASURES*

Num mundo de elevada incerteza, dinâmica e volatilidade de ameaças, as *NATO Assurance Measures* são um conjunto de ações destinadas a reforçar o sentimento de segurança coletiva dos Estados-membros da Aliança Atlântica, particularmente os situados na região leste da Europa. Implementadas em resposta à anexação da Crimeia em 2014, estas medidas visam dissuadir potenciais ameaças através do aumento da presença militar aliada e realização de exercícios combinados em ambiente multi-domínio.

Neste contexto, os Fuzileiros portugueses assumem um papel e destaque diferenciado pela sua natureza anfíbia. Mantendo desde 2018 uma presença regular na Lituânia, mais precisamente a sul da cidade de Klaipeda e a menos de 40 km de Kaliningrado, os nossos Fuzileiros reforçam o compromisso internacional de presença militar no flanco leste da Europa.

Este ano, a FFZ LTU25 conta com 170 militares e representa, pela sua dimensão, a maior força de Fuzileiros em missão no exterior nos últimos anos, sendo também a primeira vez que uma FND integra a capacidade cinotécnica, materializada com dois binómios homem-cão. Face à integração de novos equipamentos e novas capacidades, a realização do exercício KLAIPEDA25 permitiu verificar antes da projeção a integração e capacidade de resposta da FFZ LTU25, e observar possíveis lições aprendidas e aspetos a melhorar.





RENTABILIZANDO O POTENCIAL DE COMBATE DOS FUZILEIROS NOS CENÁRIOS ATUAIS

O exercício KLAIPEDA25 foi desenhado para replicar as condições reais do ambiente operacional de cenários complexos como o combate urbano, operações em ambientes ribeirinhos e resposta a ameaças híbridas, garantindo que uma FND desta natureza está pronta a operar com eficácia. Neste contexto, a direção do exercício KLAIPEDA25 separou os escalões de combate da FFZ e agrupou-os em forças – ALPHA e BRAVO (oppositoras entre si), localizadas respetivamente na Base de Fuzileiros e na Escola de Fuzileiros e, com recurso a um duplo guião, conduziu o exercício na modalidade LIVEX, fazendo provas de coerência tática e de realismo nas ações executadas.

Esta abordagem permitiu assim jogar duas realidades diferentes, dependendo do objetivo/observador e proporcionar um nível de treino adequado à totalidade da FFZ LTU25, integrando ainda um terceiro grupo (CHARLIE), representativo da comunidade técnica especializada, que participou em ambos os cenários. No cenário desenhado, a principal missão consistiu na execução de uma ação direta para resgatar uma entidade de elevado valor numa janela de oportunidade, com recurso ao fator surpresa e à velocidade de execução, seguida da extração por meios aéreos, aquáticos e terrestres.

Apesar da complexidade do cenário e o realismo resultante da oposição de forças, o que exigiu um grande esforço de planeamento, os resultados obtidos permitiram identificar aspetos a melhorar, que continuarão a ser implemen-

tados durante a fase de emprego da FFZ LTU no teatro de operações, e dessa forma consolidar progressivamente o I3 necessário à harmonização da relação de unidade apoiante e unidade apoiada.

De referir ainda, o acompanhamento do exercício pelo Comandante do Corpo de Fuzileiros e a visita do Comandante Naval, em 18 de fevereiro, que contou ainda com a participação de órgãos da comunicação social, que permitiu, em paralelo, testar a capacidade de comunicação e interação com os *media* da estrutura de comando.

A presença desta Força na Lituânia contribuirá não só para reforçar a segurança coletiva da Aliança Atlântica, como também elevar a imagem de excelência das Forças Armadas Portuguesas a nível internacional, cimentando a posição de Portugal como um Membro comprometido, de confiança e eficaz no seio da NATO.

CONCLUSÃO - PREPARADOS E COMPROMETIDOS

O exercício KLAIPEDA25 materializou o elevado grau de preparação, prontidão e profissionalismo com que a FFZ LTU25 ficou dotada após terminado o seu processo de aprontamento.

Com uma força aprontada, em fase de reequipamento e detentora de uma visão orientada para o conceito de emprego que esteve na origem da criação dos Fuzileiros no início da década de 60 (*Light and Fast*), a Força de Fuzileiros Lituânia 2025

está pronta para responder aos desafios operacionais do leste europeu, reafirmando o papel da Marinha Portuguesa como uma força de elite, adaptável e indispensável no quadro da segurança internacional.

Colaboração do **COMANDO DA FORÇA DE FUZILEIROS LITUÂNIA 2025**



INICIATIVA MAR ABERTO 2024

NRP VIANA DO CASTELO

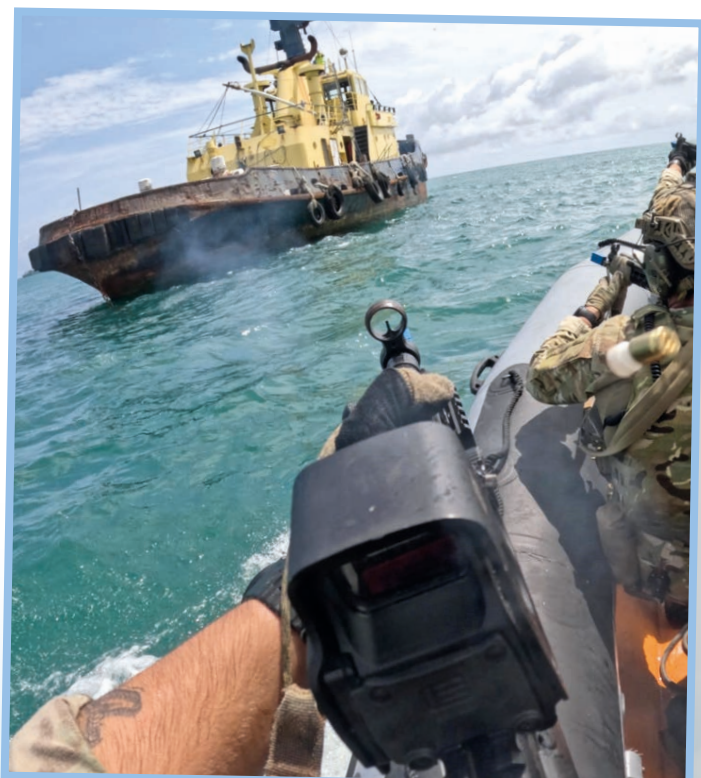
A origem da *Iniciativa Mar Aberto* remonta a 2008, como uma resposta do Estado português face à insegurança marítima verificada num espaço marítimo concreto, o Golfo da Guiné, procurando em paralelo contribuir para a manutenção e desenvolvimento das relações de cooperação e satisfazer os compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da CPLP e das Presenças Marítimas Coordenadas da União Europeia (PMC – UE).

ENQUADRAMENTO

No âmbito das atividades de cooperação no domínio da defesa, diplomacia naval e apoio à política externa do Estado, o NRP *Viana do Castelo* participou na *Iniciativa Mar Aberto 2024*, cuja missão decorreu entre 21 de agosto e 11 de dezembro. Durante a mesma, o navio navegou mais de 19.000 milhas náuticas e esteve presente em Espanha e em dez países do continente africano (Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Namíbia, Moçambique, África do Sul, Angola, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Mauritânia), cinco dos quais pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Desde 2008, têm sido empenhados, de forma continuada, meios navais e equipas de Fuzileiros em ações de Cooperação no Domínio da Defesa, no apoio ao desenvolvimento de uma cultura e capacidade de segurança marítima nos Estados da África Ocidental. Estes esforços têm permitido consolidar o contributo de Portugal enquanto provedor ativo e de confiança em termos de segurança e capacitação no Atlântico. Mais ainda, pelo segundo ano consecutivo, a *Iniciativa Mar Aberto* dobrou o Cabo da Boa Esperança e realizou uma escala em Maputo, Moçambique.





ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos 113 dias de missão o NPR *Viana do Castelo* atracou em 14 portos, nomeadamente: Mindelo e Praia (Cabo Verde); Dakar (Senegal); Bissau (Guiné-Bissau); Walvis Bay (Namíbia); Maputo (Moçambique); Cidade do Cabo (África do Sul); Luanda, Ambriz e Lobito (Angola); São Tomé (São Tomé e Príncipe); Lagos (Nigéria); Nouakchott (Mauritânia); e Santa Cruz de Tenerife (Espanha). Tanto nas visitas aos portos, como nos diversos trânsitos realizados, foi desenvolvido um vasto e abrangente conjunto de atividades, que incluíram a formação e treino, operações de fiscalização conjuntas, participação em exercícios, demonstração de capacidades, visitas e eventos protocolares, entre outras.

Em Cabo Verde, ao abrigo de um protocolo no domínio da fiscalização marítima, esteve embarcada uma equipa multidisciplinar local, composta por elementos da Guarda Costeira, Polícia Marítima, Polícia Judiciária e Inspeção Geral das Pescas. Durante três dias foram fiscalizados diversos navios de pesca estrangeiros a operar nas águas sob soberania ou jurisdição nacional daquele país. Esta ação conjunta revestiu-se de grande importância, uma vez que permitiu patrulhar o equivalente a cerca de 4% da Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde. Desta forma, foi dado um importante contributo para o reforço da capacidade das autoridades cabo-verdianas na execução de ações de fisca-



Destacamento da Unidade X31 operando os sistemas aéreos não tripulados embarcados

lização em alto mar, em particular em navios estrangeiros que operam dentro da sua área de soberania ou jurisdição nacional.

Na passagem por Dakar, para além da participação nas comemorações do 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e o Senegal, houve a oportunidade de realizar um exercício conjunto com uma unidade naval da Marinha do Senegal, o SNV *Lac Retba*.

Durante a estadia do navio em Bissau foram executados diversos exercícios, nomeadamente treinos conjuntos com as embarcações de alta velocidade *Bolama* e *Bissau*, e treinos operacionais para equipas de abordagem com militares da Marinha de Guerra da República da Guiné-Bissau. Adicionalmente, em conjunto com a Embaixada de Portugal em Bissau e a representação da União Europeia naquele país, decorreu a bordo uma palestra sobre o papel da União Europeia e de Portugal na Segurança Marítima no Golfo da Guiné. Neste período, o navio contribuiu ainda com o fornecimento de apoio sanitário à população local, através da realização de consultas médicas pelo Serviço de Saúde do navio.

A visita a Walvis Bay revestiu-se de grande simbolismo e significado, por ter sido a primeira vez que um navio da Marinha Portuguesa foi à Namíbia desde a sua independência, em 1990. A comunidade portuguesa residente deu uma grande relevância a esta visita, tendo acolhido calorosamente a guarnição durante todo o período da estadia.

Já em Maputo decorreu um programa intenso de atividades, destacando-se as de Cooperação no Domínio da Defesa, dirigidas aos militares da Marinha de Guerra de Moçambique, e possuindo um cariz muito prático. A bordo do navio, foram realizadas ações de formação em diversas áreas, nomeadamente, operações de proteção de navio e de abordagem, mecânica, limitação de avarias, eletricidade, operações marítimas, navegação, saúde e logística. Após a visita a Maputo, o navio regressou ao Oceano Atlântico, tendo feito uma paragem logística na Cidade do Cabo, antes de prosseguir para Angola.



A visita a Angola, que durou 11 dias e passou por três locais distintos (Luanda, Ambriz e Lobito), possuiu também uma grande componente de formação, onde se destaca um embarque de instrução para 13 Guardas-marinhas da Academia Naval Angolana. Para além disso, decorreram também diversas ações de formação e adestramento a bordo para militares da Marinha de Guerra Angolana em diversas áreas. Durante a estadia em Luanda, foi também realizada uma palestra sobre o papel da União Europeia e de Portugal na Segurança Marítima no Golfo da Guiné, em conjunto com a representação da União Europeia naquele país.

Em São Tomé e Príncipe, as atividades de cooperação focaram-se principalmente no treino de ações de abordagem. Paralelamente, há semelhança do que ocorreu em Cabo Verde, durante cerca de um dia o navio navegou com autoridades de São Tomé e Príncipe, com vista ao reforço da





PORTOS VISITADOS

Lisboa (Portugal)	21 AGO
Mindelo (Cabo Verde)	26-27 AGO
Cidade da Praia (Cabo Verde)	30-31 AGO
Dakar (Senegal)	1-4 SET
Bissau (Guiné-Bissau)	6-9 SET
Walvis Bay (Namíbia)	19-23 SET
Maputo (Moçambique)	30 SET-5 OUT
Cidade do Cabo (África do Sul)	9-14 OUT
Luanda (Angola)	19-24 OUT
Ambriz (Angola)	24-25 OUT
Lobito (Angola)	26-29 OUT
São Tomé (São Tomé e Príncipe)	1-3 NOV
Lagos (Nigéria)	15-17 NOV
Dakar (Senegal)	22 NOV
Cidade da Praia (Cabo Verde)	30 NOV-2 DEZ
Nouakchott (Mauritânia)	4-5 DEZ
Santa Cruz de Tenerife (Espanha)	7-8 DEZ
Lisboa (Portugal)	11 DEZ

capacidade deste país em realizar fiscalizações em alto mar a embarcações que operem nas suas águas sob soberania ou jurisdição nacional.

Durante a permanência no Golfo da Guiné, foi também visitado o porto de Lagos, na Nigéria, tendo sido desenvolvidos contactos com as autoridades locais, nomeadamente a Marinha da Nigéria, bem como com a comunidade portuguesa aí residente.

A última escala no continente africano ocorreu em Nouakchott, na Mauritânia, onde o navio apoiou o projeto *Defence Capacity Building* da NATO nesse país, e em que Portugal assume o *lead role* na formação e treino em segurança marítima. Durante esta estadia, foi estabelecido um contacto muito próximo com a Marinha da Mauritânia, onde se destacam as diversas atividades de formação e treino a bordo, com especial relevo, proteção de navio, abordagem e *Close Quarters Battle*, palestras de busca e salvamento e fiscalização marítima e demonstração de sistemas aéreos não tripulados.

Para além das visitas aos portos, entre 4 e 11 de novembro o NRP *Viana do Castelo* participou no exercício *Grand African Nemo 2024* (GANo24). Coorganizado pela República Francesa e pelos países que integram a Arquitetura de laundé¹, este exercício teve como objetivos contribuir para o incremento da segurança marítima no Golfo da Guiné e para o reforço das capacidades de segurança e defesa dos Estados desta região. Neste âmbito, considerando a área atribuída, decorreram diversas interações com as Marinhas do Gabão, dos Camarões e com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, que tiveram como objetivos o reforço das capacidades ao nível da segurança marítima e a coordenação regional em situações de emergência ou de ameaça.

Importa também destacar a participação nas PMC-UE durante os períodos de navegação na região do Golfo da Guiné, tendo sido estabelecida uma coordenação próxima com os meios navais dos países da União Europeia presentes naquela região, durante o período em que decorreu a missão. Releva-se ainda, o papel do destacamento embarcado da Unidade X31, que operou os sistemas aéreos não tripulados embarcados, e que realizou mais de 29 horas de voo durante toda a missão. Esta tecnologia foi essencial para operações de vigilância, treino e demonstração, sublinhando o papel inovador da Marinha Portuguesa na adoção de soluções modernas para os desafios crescentes no domínio marítimo.

CONCLUSÃO

Com a atracação do navio na Base Naval de Lisboa a 11 de dezembro, deu-se por terminada uma missão onde foram realizadas mais de 52 formações teórico-práticas, totalizando 72 horas, e abrangendo cerca de 600 militares estrangeiros. De igual modo, o navio esteve aberto a visitas ao público em seis dos países visitados, tendo recebido mais de 800 visitas, e proporcionado ainda diversos eventos protocolares em todos os portos escalados, onde foram recebidas autoridades políticas e militares dos países visitados, num total de mais de 550 pessoas.

Ao nível da segurança marítima, destaca-se o período de presença do navio na região do Golfo da Guiné, um ponto crítico para o comércio marítimo internacional, e que através das ações de patrulha e vigilância marítima, o NRP *Viana do Castelo* contribuiu para a redução do risco ao nível da pirataria, roubo armado, ou tráfico de ilícitos. Neste âmbito em particular, em colaboração com as autoridades de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, foram patrulhadas as águas sob soberania ou jurisdição destes países, tendo sido fiscalizados quatro navios de pesca.

Para além das atividades de caráter mais operacional, a *Iniciativa Mar Aberto* também colaborou com diversas organizações não governamentais presentes em alguns dos países visitados, entre as quais a Associação Mundo a Sorrir, Associação Pedras no Caminho, a Mãos por Cazombo, Associação Unidos Ajudamos Mais, Associação África Insular, e a Fundação Missão Dimix, através do transporte logístico de diverso material.

Detentora de um impacto significativo em termos de segurança, capacitação e diplomacia, esta missão destacou a importância da presença ativa e contínua de Portugal em regiões estratégicas como o Golfo da Guiné.



Colaboração do **COMANDO DO NRP VIANA DO CASTELO**

Notas

¹ Iniciativa que promove o estabelecimento de uma estratégia regional comum para prevenir e processar atividades ilícitas nas águas do Golfo da Guiné.



TOMADA DE POSSE

DIRETOR DE CONTROLO FINANCEIRO

No dia 19 de dezembro de 2024, teve lugar a cerimónia de tomada de posse do Diretor de Controlo Financeiro, CMG AN António Francisco Carujo Dimas, em substituição do CMG AN Paulo Manuel Anacleto do Carmo, no Salão Nobre “VALM Alfredo de Oliveira”, na Superintendência das Finanças (SF). A cerimónia foi presidida pelo Superintendente das Finanças CALM Paulo António Pires e contou com as presenças do CALM Diretor da Revista da Armada, do COM Diretor de Abastecimento, bem como outros oficiais, sargentos, praças e civis que servem a Marinha na SF e outros organismos.

Após leitura da Ordem usou da palavra o Diretor de Controlo Financeiro, que referiu:

“(…) o quadro legal vigente e o cenário financeiro atual exigem uma vigilância constante, uma gestão rigorosa e uma atuação proativa no controlo dos processos administrativos e financeiros do Estado.

Acredito que, com a superior e avisada orientação de V. Exa, com a colaboração das restantes Direções da Superintendência das Finanças, com o empenho, competência, dedicação e profissionalismo de todos os que servem a Marinha na DCF, e com o necessário apoio e compreensão das restantes áreas funcionais, a Direção de Controlo Financeiro, através de uma ação marcada pela transparência, imparcialidade e diligência no cumprimento das suas funções, assegurará as atividades requeridas no âmbito do controlo interno da administração financeira e patrimonial e contribuirá para que as práticas de gestão financeira sejam aprimoradas e os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, eficaz e em conformidade com os princípios de boa go-



Foto ASPQFTN (DSO) Eva Ferreira

vernância e integridade, promovendo a imagem e confiança da sociedade na Marinha e na utilização por esta feita dos fundos públicos.”

No final na cerimónia, usando da palavra, o Superintendente das Finanças salientou a importância da Direção de Controlo Financeiro, aludindo o seguinte:

“(…) A ação da Direção de Controlo Financeiro, com o rigor que sempre a caracteriza, é relevante e estruturante para o cumprimento das competências específicas e orientações estratégicas que envolvem a administração financeira da Marinha, designadamente no âmbito da função controlo e que visam sempre a otimização da gestão dos recursos financeiros e demais ativos da Marinha. (...)”.



Colaboração da **DIREÇÃO DE CONTROLO FINANCEIRO**

SÍNTESE CURRICULAR

O CMG AN António Francisco Carujo Dimas nasceu em Lisboa a 8 de março de 1972 e foi admitido na Escola Naval em 22 de outubro de 1990.

Em 1995 concluiu a licenciatura em Ciências Militares Navais, ramo de Administração Naval, tendo sido promovido a Guarda-marinha em outubro desse mesmo ano.

A bordo desempenhou o cargo de Adjunto do Chefe do Serviço de Abastecimento do NRP *Baptista de Andrade* e de Chefe do Serviço de Abastecimento do NRP *João Coutinho* (1995/1997).

Em terra desempenhou as funções de Chefe do Serviço de Abastecimento da Flotilha (1997/2000), Adjunto do Chefe da Secção de Armazenagem, Chefe da Secção de Armazenagem e Chefe do Centro de Abastecimento da Direção de Abastecimento (2000/2006), Oficial-adjunto para as áreas logística e financeira do Presidente da Missão de Acompanhamento e Fiscalização das Fragatas M (MAF-MFF) para o cumprimento

do contrato de aquisição das fragatas classe *Bartolomeu Dias* ao Estado holandês e para a transferência e integração dos navios na Marinha (2006/2010), Chefe da Divisão Administrativa e Financeira (2010/2014) e Chefe da Divisão de Obtenção (2014/2016) da Direção de Abastecimento, Chefe da Divisão de Vencimentos e Abonos da Direção de Contabilidade e Operações Financeiras (2016/2021) e Chefe da Divisão de Auditoria e Avaliação do Risco e Chefe da Divisão de Estudo, Monitorização e Análise da Contratação da Direção de Controlo Financeiro (2021/2024). Assumiu o cargo de Chefe do Gabinete do Superintendente das Finanças em 3 de outubro de 2024.

Em 2006 frequentou o Curso Geral Naval de Guerra no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Da sua folha de serviços constam diversos louvores individuais, tendo sido agraciado com várias condecorações, nomeadamente cinco “Medalha Militar de Serviços Distintos Grau Prata”.



DIA NACIONAL DO SARGENTO

No passado dia 31 de janeiro celebrou-se na Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha, na Messe de Lisboa, o Dia Nacional do Sargento.

Este dia simbólico contou com a presença do CEMA e AMN, Almirante Jorge Nobre de Sousa, do Chefe de Gabinete, CALM Sardinha Monteiro, do Assessor para a categoria de Sargentos, SMOR C Pinto Serrano, entre outros sargentos de várias classes que também estiveram presentes.

Na sua intervenção, o Almirante CEMA e AMN reconheceu a exemplar postura dos Sargentos da Armada, que se

destacam pela dedicação, determinação, profissionalismo e lealdade, ajudando, com o seu forte espírito de missão, a cumprir Portugal no mar.

Após as suas palavras, o Almirante CEMA e AMN procedeu ao corte do bolo comemorativo, deixando uma mensagem de profundo apreço aos Sargentos da Armada, que diariamente honram os valores que distinguem os marinheiros.



Fotos Patrícia Lacerda





GUERRA NO PACÍFICO

PELELIU, A BATALHA ESQUECIDA

Antes da invasão das Filipinas, o Estado Maior Conjunto (JCS) considerou indispensável a ocupação das ilhas de Morotai, Peleliu e o atol de Ulithi, para estabelecer bases de apoio à operação. Embora as ilhas do arquipélago de Palau não estivessem originalmente nos planos de Nimitz, cuja estratégia dava prioridade a um avanço progressivo de ilha em ilha rumo ao coração do Império do Japão, elas acabaram por ser incorporadas na campanha. Para alcançar esse objetivo, o vice-almirante Theodore S. Wilkinson (1888-1946), comandante da força anfíbia da 3ª Esquadra, recebeu a missão de conquistar a ilha de Peleliu. A operação foi batizada com o nome de código *Stalemate II*.

A força de desembarque foi a veterana 1ª Divisão de Marines, sob o comando do major-general William A. Rupertus (1889-1945), que iniciou o ataque na madrugada de 15 de setembro de 1944. Assim que a segunda onda de desembarque alcançou as praias, as forças japonesas retaliaram com fogo cruzado de artilharia, causando enorme devastação. No primeiro dia, os Marines apenas conseguiram estabelecer uma estreita cabeça de praia, que permaneceu sob constante vigilância e fogo intenso das defesas japonesas. As baixas foram severas: cerca de 1.100 homens mortos ou feridos em apenas 24 horas.

Após a batalha das ilhas **Marianas**, o Estado-Maior Imperial japonês reconheceu a necessidade de uma mudança na estratégia defensiva. Até aquele momento, a estratégia consistia em tentar aniquilar as forças invasoras logo nos primeiros momentos do desembarque, uma abordagem que se revelou desastrosa. A partir de então, a defesa seria organizada em profundidade. Em **Peleliu**, bem como nas subsequentes campanhas de **Iwo Jima** e **Okinawa**, os japoneses estabeleceram linhas defensivas sucessivas, aproveitando as características naturais do terreno para tornar as suas posições mais difíceis de conquistar.

A defesa japonesa em **Peleliu** concentrou-se no ponto mais elevado da ilha, a montanha de **Umurbrogol**, conhecida pelos **Marines** como *Bloody Nose Ridge*. Na realidade, não se tratava de uma montanha propriamente dita, mas de uma série de colinas íngremes que se estendiam de norte a sul ao longo do centro da ilha. Dessa posição estratégica, os japoneses tinham visibilidade e ângulo de tiro sobre grande parte de **Peleliu**, incluindo o aeródromo. Em cerca de 500 cavidades naturais nas rochas, foi criada uma rede de posições defensivas interligadas por túneis, onde as tropas japonesas permaneciam bem protegidas contra qualquer tipo de ataque.

O objetivo estratégico em Peleliu era o aeródromo que foi tomado no segundo dia da operação. Depois, a batalha logo se transformou num pesadelo. À medida que os Marines

avançavam para o interior da ilha, depararam-se com um cenário de grutas e posições defensivas quase impenetráveis, onde o **2º Regimento, da 14ª Divisão do Exército Japonês**, comandado pelo **Coronel Kunio Nakagawa** e integrado por cerca de 11.000 homens, estava entrenchado. Em vez de lançar ataques suicidas do tipo "banzai", os japoneses permaneceram nas grutas, desafiando os **Marines** a desalojá-los. Embora os americanos tenham conseguido conquistar as posições, fizeram-no a um custo inimaginável.

Ao fim de seis semanas, com 40% de baixas, os Marines foram substituídos pela 81ª Divisão de Infantaria do Exército que estava em reserva. O custo foi extremamente alto. A mudança inesperada nas táticas japonesas, que adotaram uma defesa em profundidade, transformou o que deveria ser uma campanha curta numa luta prolongada e devastadora, resultando em 9.500 baixas para os americanos. Entre feridos e mortos estavam 12 cirurgiões e 298 paramédicos. Do lado japonês, a guarnição sob o comando do Coronel Nakagawa foi praticamente exterminada, e ele mesmo se suicidou no final da batalha, seguindo a tradição do bushido.

Apesar do imenso custo humano, as vidas perdidas em Peleliu não foram em vão. Embora a vitória tenha sido árdua e custosa, ela teve consequências estratégicas decisivas. A conquista da ilha isolou **43.000 soldados japoneses** nas ilhas Palau, bloqueando as rotas de abastecimento e enfraquecendo a sua resistência na região. Além disso, permitiu o estabelecimento de bases aéreas que seriam importantes para o apoio das operações de invasão das Filipinas. A batalha também proporcionou valiosas lições táticas para os **Marines**, que aplicaram essas experiências com sucesso nas campanhas de **Iwo Jima** e **Okinawa**. Não menos importante foi a localização, por uma aeronave de busca e salvamento baseada em Peleliu, de **316 náufragos** do **USS Indianapolis** (CA-35), o cruzador afundado por um submarino japonês em julho de 1945.

A necessidade de controlar **Peleliu** como parte da estratégia para proteger o avanço de **MacArthur** rumo às **Filipinas** continua a ser um tema controverso até aos dias de hoje. De facto, **Halsey** sugeriu cancelar a operação e seguir diretamente para as Filipinas. No entanto, **Nimitz** optou por manter o plano original. Como observa **Victor Hanson** na introdução de *With the Old Breed*, "É lamentável, para a memória dos homens que lutaram e morreram em Peleliu, que ela ainda seja uma das batalhas menos conhecidas e mais mal compreendidas da Segunda Guerra Mundial".

Peleliu under fire during the pre-invasion bombardment, circa 12-15 September 1944. Navy photo 80-G-283520 from the U.S. Navy Naval History and Heritage Command. Photographed from a USS Honolulu (CL-48) spotter plane



Piedade Vaz
CFR REF



A SÉ DE LISBOA

Gentes,
Monumentos
e Acontecimentos

6

A imponente Sé Catedral de Lisboa representa, visual e historicamente, um marco identitário extraordinário da cidade antiga, referenciando, naquele local, quer toda a dimensão medieval do Portugal dos segundo e terceiro quartel do Séc. XII, a herança das suas origens no tempo da *Olissipo* romana¹, quer do período visigótico e paleocristão², quer ainda as fundações religiosas como local da mesquita árabe, projectando, actualmente, na monumentalidade vertical dos seus magníficos torreões, toda a cenografia estética e arquitectónica que nasceu da conquista da cidade de *Al-Ushbuna*³ há quase 880 anos. Impulsionada, de facto, pela primeira (re)organização da Diocese pelo Rei e pelo bispo nomeado, *Gilbert of Hastings*⁴, a Sé começou a ser edificada logo em 1148, conheceu sucessivas transformações ao longo dos séculos, tendo, contudo, estruturalmente⁵, resistido ao colossal terramoto de Oitocentos, o que obrigou a reconstruções muito significativas.

Tendo notórias afinidades de estilo com a admirável Sé de Coimbra – cuja origem até é mais antiga⁶ – a Catedral de Lisboa é um templo de tipologia românica da primeira fase de Duzentos, com traços arquitectónicos do românico *borgonhês*, de planta de cruz latina, com três naves e cabeceira tripartida, com modulação de aparência defensiva⁷ mas com evidentes referenciações edificadas já do primeiro gótico, conjugação construtiva que lhe confere uma extraordinária beleza monumental o que é notório na relação espacial do magnífico Claustro Dionisiano⁸ com a caracterização mais *fechada* e austera do interior das naves.

Classificada como monumento nacional em 1910⁹, a velha Sé de Lisboa tem a Alma da vetusta e anciã Lisboa medieval, a magnífica cidade que se foi estendendo do rio pelas encostas para lá do ermo do castelo e da Cerca Moura, e sobre esta Catedral impõe-se, pela simbologia e pelo seu magistral valor intrínseco, dedicar-lhe um dos primeiros artigos da Colecção.



Fotos SCH CM Dias Matias

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Não cuida o presente artigo de abordar o cerco de Lisboa e a conquista da cidade muçulmana nos idos de 1147. Importa, ainda assim, relevar que foi essa acção militar do Rei Afonso que, conjugada com a Cruzada convocada por Eugénio III – depois da queda do Condado de Edessa¹⁰, em 1144, por vitória dos turcos muçulmanos seljúcidas – propiciou que finalizassem 4 séculos de ocupação árabe. Embora D. Afonso Henriques tivesse já, em 1143, aquando da assinatura do Tratado, solicitado formalmente ao Cardeal *Guido de Vico* o apoio papal para fomentar o processo de reconquista territorial, foi *Bernard de Clairvaux*, o célebre primaz eclesiástico cisterciense com extremo poder em âmbito europeu e com ligações familiares ao monarca Português, que induziu forte influência em Roma para que a Segunda Cruzada (1147-1149) passasse pela costa portuguesa e por Lisboa¹¹, concitando, assim, numerosos cavaleiros e soldados normandos, ingleses, flamengos, nórdicos e germanos, para que, comandados pelo Rei Português, tomassem parte no assalto às muralhas¹² e a *Al-Ushbuna*, tendo, muitos deles, ficado em terras Portuguesas¹³.

Em fases posteriores, os cruzados apoiariam ainda os monarcas Portugueses por mais 5 vezes, designadamente em 1189 nas conquistas de Alvor e de Silves, em 1190 na ajuda a defender Santarém que estava de novo cercada pelos exércitos mouros, em 1197 num ataque fracassado a Silves, e em 1217 na conquista de Alcácer do Sal. Por sua vez, os Portugueses também contribuíram para as cruzadas ibéricas em *Las Tavas de Tolosa* em 1218-1219, e no Salado¹⁴ em Outubro de 1340.

A cidade sempre foi um porto relevantíssimo em termos mercantis nos circuitos de ligação das regiões do Norte da Europa para o Mediterrâneo, sobretudo no abastecimento de água, vinhos de toda a região ribatejana, azeite, cereais e carne, o que era fundamental para a logística quer das Armadas que passavam nas costas Portuguesas, quer dos navios que se dedicavam ao comércio marítimo, sendo que, naqueles primeiros quartéis do Séc. XII, Portugal era já uma Nação com alguma dimensão quer à escala ibérica quer mesmo no comparativo com algumas outras nações e principados europeus¹⁵. De facto, em 1096 *Portucale* tinha 35.000 Km², mas aquando do processo territorial finalizado no Séc. XIII (1248) já tinha 89.200 Km². Nos finais do Séc. XI, *Leon* e regiões dependentes tinha 78.000 Km², mas já ascendia a 118.000 Km² em 1230 (aquando da união). Castela tinha 104.000 Km² nos finais do Séc. XI e, sendo a maior das Nações ibéricas, ascendia já a 138.000 Km² em 1230, sendo que Navarra tinha apenas 15.000 Km², Aragão e Catalunha juntas atingiam 103.000 Km² nos meados do Séc. XII, mas, antes, quando ainda separadas, Aragão tinha apenas 16.000 Km² e o Condado catalão 32.000 Km²¹⁶.

A sedimentação territorial do Reino, forjada num sentido de Reconquista, não tinha, apenas, um propósito de conquista de fé e de missão sob os *superiores* desígnios papais, mas, também, como monarca feudal, e com ascendência directa aos reis de França, o Rei pretendia, efectivamente, dimensionar a sua Nação com sustentabilidade e projecção face aos restantes reinos ibéricos e franceses, em especial estes. A construção de um templo cristão numa cidade com uma tal relevância geográfica e mercantil, constituía, pois,

uma premissa determinante no processo expansivo e na afirmação do poder do Rei e do bispado de Lisboa perante Roma e as outras Dioceses ibéricas.

D. Afonso Henriques decidiu dedicar a Sé a S. Vicente em especial porque os cristãos moçárabes lhe eram muito devotos, e o Rei, precisamente naquele tempo histórico de Reconquista, queria evitar potenciar hostilidades e acenar conflitos entre populações que constituíam a essência dos habitantes da cidade¹⁷ – e que, além do mais, tinham séculos de convívio interculturais relativamente tranquilo e cooperante – e que contribuíam de sobremaneira, devido à sua posição geográfica privilegiada, para os circuitos produtivos e de comércio marítimo¹⁸. Aliás, havia já uma antiga tradição de cultura e fé religiosa na cidade, sendo usual referenciar-se que em 1148 se operou uma (re)organização da Diocese precisamente porque o primeiro Bispo conhecido, Potâmio, exerceu funções muito antes daquele período, ainda do Séc. IV¹⁹, sendo que, como autoridade eclesiástica da cidade, participou em concílios, sínédrios, e a sua assinatura consta de várias cartas e documentos em especial no período 357-360, embora já no Séc. III existissem referências expressas às *Igrejas da Ibéria*²⁰.

O Cabido da Sé foi, já na fase pós-Reconquista, instituído em 1150, o que significa que pelo menos a Capela-mor já estaria construída, uma vez que os templos românicos se edificavam da Capela para a nave e capelas laterais, e a sua existência, uma vez consagrada, já permitia que nela se fizessem os serviços religiosos na Sé, não obstante as induções impostas pelo processo construtivo²¹.

O imponente edifício apresenta marcas evidentes das alterações que, sucessivamente, e por vezes em tempos social e politicamente muito conturbados, lhe foram sendo impostas, sendo, contudo, muito claras no seu talhe as fases construtivas românica e gótica. Em rigor, o autor do projecto inicial não é conhecido, mas existe a tradição, e algumas fontes sustentadas, de que terá sido um monge borgonhês²², mestre *Robert*, uma vez que as estruturas arquitectónicas de base têm, notoriamente, além de similitude com as soluções da Sé de Coimbra, influências quer da Normandia, quer da Borgonha. Mas importa, com algum pormenor, atentar nas principais características artísticas da Catedral.

A ARQUITECTURA DA SÉ

Como referido, a Sé é, estruturalmente, de estilo românico, com planta em cruz latina, três naves axiais cobertas por abóbodas de aresta em tijolo, trifório²³ sobre as naves laterais²⁴, com transepto saliente e cabeceira tripartida, tendo tido muito significativas intervenções ao longo dos séculos, quer devido a necessidades construtivas de solidificação e de extensão, quer devido às várias catástrofes que a cidade conheceu. Não obstante as sucessivas alterações, a fachada²⁵, com as suas duas torres, a rosácea central e os merlões de fecho, identifica a sua silhueta românica medieval, sendo que o belíssimo portal românico – já de transição para o gótico, o que é notório no tipo de decoração dos capitéis – recolhido ao fundo da galilé, apresenta arquivoltas semicirculares que assentam em colunelos reentrantes, deixando ver capitéis com relevos de motivos vegetalistas, geométricos e antropomórficos.



Resultando de uma reforma que lhe foi operada em várias fases, são notórios na fachada dois níveis de *silhaires*, um de lioz outros certamente mais antigos, tendo visivelmente cantaria mais moderna sobretudo nas zonas de embasamento²⁶, o que – como habitual, aliás, em sucessivos processos reconstrutivos de significativa dimensão – é bem revelador de processos de *desmontagem* de zonas de fachada com ulterior reaproveitamento de novas cantarias para correcção de pedra desgastada e arquitectonicamente irrecuperável.

A planta inicial da cabeceira, que existiu até ao Séc. XIV, é de composição românica, com abside e dois absidiolos laterais menores e paralelos, de contorno exterior semicircular, de cujas estruturas restam vestígios bem desenhados nas faces interiores e exteriores do transepto, que são reveladores que os primitivos absidiolos seriam significativamente mais elevados que a charola existente²⁷. Os anexos adossados exteriormente à fachada Norte, entre o braço do transepto e o portal lateral da Sé, são do período de transição romano-gótica, portanto de finais do Séc. XII ou princípios do Séc. XIII, sendo acréscimos precoces à primitiva construção²⁸.

O período construtivo que decorreu entre 1265 e 1325, e iniciado no Reinado de D. Dinis, corporizou-se, essencialmente, pelo Claustro e suas galerias²⁹, sublinhando-se o magnífico trabalho operado nos baixos relevos nos capitéis, sendo que apenas as galerias térreas do Claustro foram construídas nessa fase, porquanto o andar superior foi um acrescento bastante mais tardio, sendo de supor que tenha feito parte de outro edifício e, posteriormente, trazido e adaptado à Catedral³⁰. O belíssimo Claustro, o único instalado nas traseiras de um edifício-Sé, é um extraordinário exemplar da primeira fase do gótico Português, caracterizado, como tal, pelos índices de volumetria e robustez do românico.

Posteriormente, já no Reinado de D. Afonso IV, na fase construtiva que decorreu entre 1325 e 1357, introduziram-se alterações significativas na cabeceira com um amplo deambulatório com configuração para, julga-se, receber os peregrinos que vinham venerar as relíquias de S. Vicente. Contudo, as obras mandadas edificar por D. Afonso IV obrigaram à destruição de um dos lados do Claustro Dionisiano, o que, esteticamente, induziu um impacto no belíssimo equilíbrio do edificado no Séc. XIII pelo pai do monarca.

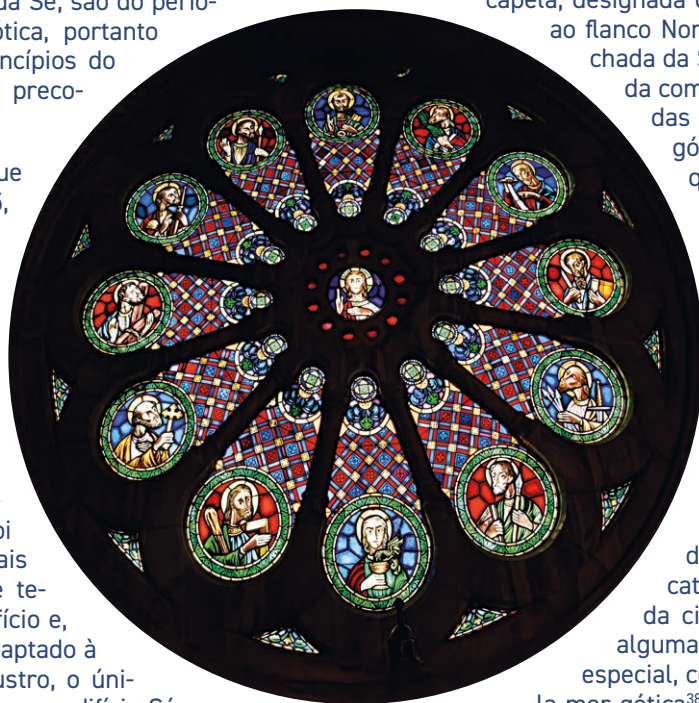
Era, portanto, revelador de que seria uma Igreja magna com funções primordiais de peregrinação às relíquias³¹, tendo o deambulatório sido inicialmente aberto, como em Alcobaça, coberto em ulteriores modificações, e fechado, já na fase gótica³², "(...) com uma capela ao modelo da Batalha com duplo clerestório, cobertura em abóboda de ogivas, que descarregava nos arcobotantes, cujos vestí-

gios são ainda visíveis no exterior da cabeceira, apesar de desativados pela existência de uma cobertura de solução barroca, em abóboda de lunetas"³³. D. Afonso IV terá nele feito construir o seu Panteão, constituindo, assim, o único deambulatório *catedralício* gótico nacional, tendo as obras terminado já durante o Reinado de D. João I, entre 1357 e 1433³⁴, e a Capela-Mor sido dedicada a Nossa Senhora da Assunção decorrente também do compromisso tomado pelo Rei aquando de Aljubarrota. Aliás, o monarca, Mestre de Avis, aquando da sua morte, ainda esteve numa das Capelas, de S. Vicente, antes de ser trasladado em definitivo para o seu magnífico Panteão na Batalha, como já abordámos em artigo anterior.

No Séc. XIV, foi construída uma belíssima capela gótica para mausoléu do mercador Bartolomeu Joannes, um dos mais relevantes comerciantes judeus da Lisboa Trecentista, que reuniu uma colossal fortuna, sendo um dos panteões privados mais impressionantes existentes em Portugal. A capela, designada de S. Bartolomeu, está anexa ao flanco Norte e adossada à Torre da fachada da Sé, sendo fortemente adornada com janelões mainelados, abobadas artesoadas, e arcos ogivados góticos. Tendo o mercador adquirido um talhão anexo à Catedral, no seu extraordinário túmulo³⁵ é visível a inscrição "*Cidadão de Lisboa*", menção muito óbvia sobre o acentuar do poder da burguesia³⁶ urbana³⁷ numa cidade que tinha na sua base a importância do comércio, sobretudo marítimo.

A catástrofe de 1755, que induziu um fortíssimo grau de destruição numa significativa parte dos monumentos da cidade, danificou, gravemente, algumas das estruturas da Sé, em especial, como antes referimos, a Capela-mor gótica³⁸, a Capela do Santíssimo³⁹, a cobertura da nave, a Torre Sul da fachada e a Torre-lanterna, que ruíram. Salvaram-se da tragédia algumas arcas sepulcrais de grande valor artístico, de uma extraordinária beleza estatutária tumular trecentista das próprias oficinas da Sé, bem como os túmulos da Infanta D. Beatriz, neta de D. Afonso IV, o de Lopo Fernandes Pacheco – fidalgo valido de D. Afonso IV, Mordomo-Mor do Reino e um dos vencedores da Batalha do Salado – e de sua mulher. A reconstrução de parte da Sé estaria a cargo do arquitecto Reinaldo dos Santos, na fase de recuperação ocorrida entre 1769 e 1771, sobretudo a cobertura da nave e a nova Capela-mor, tendo, ainda, nos vários processos reconstrutivos pós-Terramoto, intervindo Raul Lino e Baltasar de Castro.

O valiosíssimo espólio da Sé, muito dele actualmente resguardado⁴⁰, inclui muita pintura dos Séc. XVI, XVII e XVIII, paramentos riquíssimos dos Séc. XV e XVI de prata e outro, peças escultóricas de grande valor, mobiliário dos períodos renascentista e barroco, e um significativo número de peças expostas no Tesouro da Sé, em especial, a famosíssima Custódia, uma das 4 mais importantes no mundo, conhe-





cida pela sua exuberantíssima decoração e extraordinário valor⁴¹. Na soberba Sacristia, obra maneirista do Séc. XVII, encontra-se o extraordinário arcaz de madeira de Vaz de Castro, além de valiosíssimos trabalhos em talha e retábulos, por exemplo no camarim do Patriarca.

Já no decurso do Séc. XX, foram realizadas várias campanhas de reconstrução que, além de introduzirem inúmeras correcções e obras profundas de manutenção, tiveram como preocupação retirar parte dos excessivos e inadequados acréscimos no período barroco, recuperando-se a cultura das estruturas medievais, sobretudo seguindo orientações revivalistas de restauro de Augusto Fuschini o que envolveu a reconstrução de abóbodas, abertura de janelas e a *coroa*ção das estruturas externas (torres e corpo) com ameias. Couto de Abreu orientou a reconstrução da abóboda da nave central, da rosácea da fachada e os trabalhos operados na Torre Sul, que já havia sido objecto de trabalhos de recuperação na fase pós-Terramoto⁴².

A Sé Catedral de Lisboa, de aspecto medievo, denso e fortificado, é, de facto, um dos monumentos religiosos mais marcantes de Portugal, a simbologia estrutural do processo expansivo do Reino, e o seu espaço edificado integra, como receptáculo arquitectónico, cultural e artístico, um percurso evolutivo de milhares de anos, tendo, na sua configuração de Sé, quase 9 séculos. Sucessivamente reconstruída, recuperada e emoldurada por várias fases históricas que nela deixaram marcas evidentes, a Catedral tem, actualmente, na sua silhueta românica e patriarcal, a imagem da Lisboa anciã, própria de tempos em que a cidade era, já, não apenas uma premissa geográfica para muitos dos circuitos de navegação, mas uma importantíssima referência mercantil.



Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Notas

¹ Com fortes vestígios desde os Séc. II a.C. e inícios do Séc. I d.C. de várias construções de cariz urbano, embora fortemente prejudicados, sobretudo no Claustro, pela sucessiva repavimentação do local e reutilização de materiais em edificações posteriores.

² No espaço Português, e em termos de arquitectura, e arquitectura religiosa em particular, os especialistas tendem a preferir expressões como "arte visigótica" e "arte suévica".

³ A designação que a cidade tinha no tempo da ocupação árabe.

⁴ Um dos muitos cruzados (ingleses) que estavam na cidade em apoio ao Rei Afonso no processo de cerco e de conquista; era um capelão inglês, prestigiado entre os seus, tendo sido ordenado pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar na Alcáçova de Lisboa. Pela grande influência de Gilbert nas relações com Inglaterra naquelas primeiras décadas – em que, aliás, ambos os Reinos estavam em formação – há quem defenda mesmo que, já então, se havia desenhado uma aliança entre as duas Nações. Para mais desenvolvimentos, consultar "Gilbert of Hastings, Bishop of Lisbon (1147-1166)", de J. Crowley, com referência à *The British Historical Society of Portugal*.

⁵ Não obstante ter ficado fortemente danificada em vários sectores, em especial na Capela-mor gótica e na Capela do Santíssimo, tendo ruído a quase totalidade da abóboda e cobertura da nave, a Torre Sul e a designada Torre-lanterna.

⁶ Tendo iniciado a sua construção talvez 2 anos antes, e igualmente, com tipicidade arquitectónica de 3 naves, cabeceira tripartida e transepto saliente, mas fortemente caracterizada por um exuberante calcário de tom amarelo, que, conjugado com o seu ar notoriamente fortificado, lhe dá uma aparência excepcional.

⁷ Própria das edificações religiosas medievais ainda construídas com preocupações de fortificação defensiva, devido à instabilidade sócio-política dos primeiros processos construtivos da Europa Ocidental.

⁸ Cuja construção se iniciou, ainda, no terceiro quartel do Séc. XIII, pensa-se que em 1261.

⁹ E reinaugurada com exuberância institucional em 1940, após uma extensa campanha de obras, pelas quais lhe foi recuperado o aspecto medieval que teria nos seus primeiros séculos.

¹⁰ Um condado que ocupava um vasto domínio a norte do Principado de Antioquia e do Condado de Tripoli onde, actualmente, se situa a Síria e o Sudeste da Turquia.

¹¹ D. Pedro Pitões, o Bispo do Porto, teve um papel relevante a convencer os cruzados quando parte dos navios aportaram naquela cidade para abastecer, uns meses antes do cerco.

¹² Onde foram usadas Catapultas e torres de assalto.

¹³ E a quem o Rei atribuiria terras, tenências e títulos. Ver enquadramento e algum desenvolvimento que aduzimos em "A Rainha Tarasia, e os 900 anos de Portugal", Revista da Armada de Janeiro 2016, e "Tomar e os Templários, Parte I", em co-autoria com Inês Alves, Revista da Armada de Março 2024.

¹⁴ Na Província de Cádiz.

¹⁵ A Aquitânia tinha 84.000 km², a Borgonha 44.000 km², a Bretanha 35.000 km², a Normandia 28.000 km² e a Gasconha 29.000 km². Quanto à Inglaterra, apenas entre finais do Séc. XI e inícios do Séc. XII, com a unificação induzida pela dinastia normanda de William the Conqueror, atingiu uma dimensão territorial acima dos 100.000 km² (se não contarmos com os territórios que o monarca detinha em solo francês); actualmente, tem 130.279 km².

¹⁶ Para maior aprofundamento desta análise, ver Oliveira Marques, na sua extraordinária "História de Portugal, VOL I", 11ª Edição, 1983.

¹⁷ A cidade teria largas dezenas de milhares de habitantes, estimando-se que, no conjunto, terão morrido mais de 7000 de entre defensores e habitantes muçulmanos e moçárabes, e mais de 1000 dos exércitos comandados pelo Rei.

¹⁸ A cidade era mesmo a *capital marítima* da Lusitânica, enquanto Mérida seria a *capital interior* desta Província.

¹⁹ Para aprofundamento desta matéria, consultar "Bispos e Arcebispos da Cidade de Lisboa", Centro de Estudos da História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Coordenação de António Camões Gouveia e outros, Horizonte, 2018.

²⁰ Sobre tudo de Saragoça, Mérida e Leão-Astorga.

²¹ As alterações sucessivas à construção – sobre a pedra – bem como os diferentes métodos de trabalho de cantaria utilizados, obrigariam a que, por exemplo, o trabalho artístico de alguns dos capiteis tivesse, em boa medida, desaparecido.

²² Que foi, igualmente, o primeiro arquitecto da Sé de Coimbra, tendo ainda trabalhado em Santa Cruz de Coimbra. Informação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Ver ensinamentos de Hermano Saraiva, programas sobre "Os Mistérios da Sé", 1995, e sobre a Igreja de Santa Cruz de Coimbra, 2006, e o entendimento do Deão do Cabido, Cônego Francisco Espinheiro, em visita guiada, 2020.

²³ Uma referência de transição do românico para o gótico.

²⁴ Sendo que os capitéis do núcleo cruciforme são despojados de qualquer decoração escultórica, não obstante existam elementos que permitam concluir que sucessivos métodos de alteração/sustentação tenham contribuído para alterar algumas das suas características. A este respeito, ver o entendimento do Deão do Cabido, na sua apresentação da Sé.

²⁵ Alterada, como antes se referiu, no significativo processo reconstrutivo do Séc. XX.

²⁶ Informação técnica da DGPC.

²⁷ As capelas radiantes à cabeceira estão despojadas de decoração, sendo que, anteriormente, estariam densamente decoradas com aplicações de talha dourada, azulejaria e várias peças escultóricas, assim como de retábulos, construções tumulares e alfaia litúrgicas. Informação técnica da DGPC.

²⁸ Dela se distinguindo por ter já amplos *rasgamentos* com belo emolduramento.

²⁹ Nas capelas do Claustro existe uma invulgar variedade de peças de escultura tumular e lapidar medieval, sendo também ricas de elementos renascentistas e barrocos provenientes de posteriores alterações.

³⁰ Já na fase Renascentista.

³¹ Mandadas trazer do Algarve pelo Rei.

³² Das arcas tumulares existentes merece especial referência a de D. Margarida Albernaz, do Séc. XIV, uma estátua jacente e apresentar belíssimos flancos armoriados, e a de D. João Anes, primeiro arcebispo de Lisboa, já do início do Séc. XV.

³³ Informação da DGPC.

³⁴ Em 1649 seria acrescentada uma nova sacristia, de estilo maneirista.

³⁵ Além de figurar na sua escultura tumular a estrela de David, como bem salienta Hermano Saraiva.

³⁶ Ver explicação de Hermano Saraiva sobre Bartolomeu Joannes, no programa antes referenciado.

³⁷ Que depois, consoante a sua influência e projecção, era nobilitada, como o foi o burguês Joannes.

³⁸ O Terramoto destruiu por completo a enorme Torre que desabou sobre o Panteão de D. Afonso IV, destruindo os seus túmulos e da Rainha e parte da Charola Afonsina.

³⁹ Reconstruída, posteriormente, entre 1761 e 1785.

⁴⁰ Embora muito património artístico tenha desaparecido ao longo dos séculos. Durante as invasões francesas, por exemplo, terão sido levadas quase 20 carroças carregadas de peças em prata para – do que se sabe – derreter, cunhar moeda, e pagar soldados.

⁴¹ Toda em ouro, pesando 18 kg, ornamentada com mais de 3000 pedras preciosas, tendo sido oferecida pelo Rei D. José.

⁴² Sendo que, muito do existente na actual Torre Norte é ainda original.



VIGIA DA HISTÓRIA ~ 143

ARTHUR PHILLIP

Arthur Phillip era um tenente da Marinha inglesa que, em 1775, foi contratado como Capitão-de-mar-e-guerra da Armada portuguesa. O recurso a oficiais estrangeiros para prestarem serviço em Portugal foi, durante aquele período, muito frequente pois, alegadamente, teriam muito maior experiência de combate do que os oficiais portugueses.

Como acontece normalmente a quem, de um modo ou de outro, atinge posições de relevo, e no caso em presença, tal posição decorria do facto de anos mais tarde, ter sido ele o fundador da cidade australiana de Sidney, começaram a surgir histórias em que o carácter laudatório é uma constante, sendo-lhe atribuídos feitos fora do vulgar.

O caso de Arthur Phillip não fugiu à regra tendo a *Gazeta de Lisboa* publicado sobre ele uma notícia da qual se extraiu o seguinte:

"Conta-se que quando esteve ao serviço de Portugal, fora uma vez incumbido de conduzir 400 delinquentes, que tinham sido degradados para o Brasil. Durante a viagem houveram tantas doenças a bordo do navio, que quase toda a equipagem adoeceu. Não tendo gente para a manobra do navio escolheu os mais inteligentes dos seus presos para suprir esta falta; e soube de tal forma regê-los com a esperança de recompensa, e pelo seu modo resoluto, que fizeram o serviço do navio até que este chegou à América fazendo, até mesmo, que os seus companheiros se comportassem com a devida moderação. O dito Comandante deixou-os recomendados ao país a que os conduziu; e quando tornou a Lisboa obteve que lhes desse a liberdade concedendo-lhes certas porções de terra no Brasil onde se instalaram.

A notícia em causa, salientando as excepcionais qualidades humanas e militares de Arthur Phillip seria totalmente justa não fosse o caso de conter algumas imprecisões, assim: Arthur Phillip nunca exerceu o comando de um navio português durante a travessia do Atlântico. A única vez que atravessou o Atlântico, ao serviço de Portugal, em viagem para o Brasil, fê-lo embarcado na nau *N^a Sr^a de Belém*, de que era Comandante António Januário do Vale, sendo ele o 2^o Capitão-de-mar-e-guerra.

Tanto quanto foi possível apurar na nau em questão, não seguiam embarcados quaisquer degradados.

Os comandos de navios portugueses efectuados por Phillip foram-no, unicamente, nas operações relacionadas com a defesa da Colónia de Sacramento, para onde não consta igualmente terem seguido quaisquer degradados e em cujas viagens, pela sua pequena duração, certamente não haveria condições propiciadoras a que a quase totalidade dos tripulantes adoecesse.

Seria aliás muito estranho, para não dizer mesmo caso único, que tendo adoecido grande parte dos tripulantes não tivesse sucedido, pelo menos, o mesmo nos degradados cujas condições sanitárias a bordo eram, de longe, das piores.



Cmdt E. Gomes

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Nau *N^a Sr^a de Belém*



Foto Francis Wheatley - State Library of New South Wales ML 124
Imagem de fundo cedida pela Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico



IN MEMORIAM

MONSENHOR ANTÓNIO ALEXANDRE FERREIRA DE MELO CAPELÃO DA MARINHA

Por ocasião do aniversário dos 100 anos do nascimento do antigo Capelão da Marinha, Monsenhor António Alexandre Ferreira de Melo, realizou-se no passado dia 30 de janeiro na Capela de S. Roque, na Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha, uma Missa presidida pelo Coronel Capelão Diamantino Teixeira, Chefe da Assistência Religiosa da Marinha.

A Eucaristia, uma iniciativa do Curso Miguel Corte Real, pretendeu homenagear a memória do Capelão Ferreira de Melo, Assistente Religioso dos Cursos da Escola Naval entre 1961 (Curso D. João I) e 1970 (Curso Baptista de Andrade), que reuniu um número significativo de militares e familiares daqueles Cursos, estando presente o VALM Luís Proença Mendes, Superintendente do Pessoal.

O Capelão Ferreira de Melo foi um sacerdote ímpar da Marinha, e de grande prestígio, como se pode depreender de um breve discurso, no fim da cerimónia religiosa, em que o VALM REF Henrique Alexandre da Fonseca afirmou "... foi uma figura de referência e marcante, que nos ajudou a encontrar o caminho certo nas nossas singraduras ao longo da vida...", dizendo ainda mais à frente "O Capelão Melo ouvia-nos e ajudava-nos a resolver os nossos problemas, estabelecendo ainda pontes entre Cadetes, Professores, Corpo de Alunos e Comando da Escola Naval... casou muitos de nós, de vários Cursos, batizando e casando alguns dos filhos".



Capelão Ferreira de Melo



Abel Melo e Sousa
CFR REF

SÍNTESE CURRÍCULAR

Monsenhor António Alexandre Ferreira de Melo nasceu em Guimarães no dia 22 de janeiro de 1925, frequentou o Seminário de Braga, tendo sido ordenado sacerdote em 1947.

Como Capelão Militar teve as seguintes colocações:

- 1957** – Capelão do "Batalhão Além-Douro", Índia Portuguesa, formado por militares do BC9 de Viana do Castelo
- 1961** – Capelão da Escola Naval
- 1967** – Acumulou funções como Capelão da Base Naval de Lisboa
- 1970** – Capelão-Chefe da Armada
- 1974** – Delegado da Capelania-Mor junto do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Nampula
- 1975** – Capelão-Mor das Forças Armadas

Depois de passar à Reforma em 1976 desempenhou o cargo de Diretor do Secretariado-Geral da Conferência Episcopal, Diretor da Revista *Lumen*, Vigário Paroquial, e mais tarde Pároco da Paróquia de Nova Oeiras.

Faleceu em Lisboa no dia 12 de fevereiro de 2007, com 82 anos.



agenda Cultural Marinha



AQUÁRIO VASCO
DA GAMA



BANDA
DA ARMADA



BIBLIOTECA CENTRAL
DE MARINHA



FRAGATA
D. FERNANDO II
E GLÓRIA



MUSEU
DE MARINHA



PLANETÁRIO
DE MARINHA

ABRIL



DOM
27

16h00

Concerto da Banda da Armada no Pavilhão Paz e Amizade – Loures,
inserido nas comemorações do 25 de Abril.

BANDA
DA ARMADA

LISSA
AGÊNCIA DE DESPACHOS E TRÂNSITOS, LDA.

50
ANOS
1974 - 2024



Cargo Agent



Rua Leopoldo de Almeida, Nº 8A • 1º andar • 1750-138 Lisboa • PORTUGAL

Tel.: (+351) 217 520 221 / 3 • Cell: (+351) 969826379 | (+351) 969826387 | (+351) 969826388

E-mail: geral@lissa.pt • www.lissa-lda.com



QUARTO DE FOLGA

JOQUEMOS O BRIDGE

Nº 4

S joga 3ST recebendo a saída ao 5♦ para o V de E e D de S. Analise atentamente as 2 mãos e decida como deve jogar para cumprir o contrato.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 4

Sendo que os adversários saíam à quarta carta do naipe mais cumprido, S sabe que os Ouros estão distribuídos 5-3 ou 4-4 (está a olhar para o 3 na sua mão e o 4 no morto). Começamos por contar as vazas ganhantes e fazer o plano de jogo. Conseguimos então contar 4 vazas (3 se o R♠ estiver na passagem), 2 a Ouros, A♦ e A♠. E se o R♠ não estiver na passagem? O jogador naturalmente um segundo e eventualmente um terceiro Ouro (se S recuar o A♦) e quando os adversários apanharem a mão num dos naves ricos tabelarão mais 2 ou 3 vazas a Ouros (que estavam colocadas em E, o que só deve ser feito em Copas pois só lhe falta uma figura (em Espadas faltam-lhe duas). Não tendo outra entrada no morto que não seja em Paus, só resta a S uma solução: não fazer a passagem ao R♠ e, para não perder o controlo no naipe, deve partir da mão de V♠, promovendo a D♦ a nona vaza ou sendo o V♠ essa nona vaza caso os adversários recuem o K (de notar a importância fulcral de começar por jogar primeiro o V e não o A: se S jogasse A e V, os adversários jogariam o K sobre o V e outra Copa para a D do morto, abrindo o odo do naipe para fazer mais duas vazas no mesmo e derrotar o contrato mesmo não fazendo nenhuma vaza a Ouros). O único cuidado que S deve ter é o de recuar uma vez o o A♦ para o caso de a distribuição dos Ouros ser 5-3 e não dar a hipótese a E de virar outro Ouro caso tenha o R♠, o que era o caso. Se por acaso os Ouros estivessem 4-4, os adversários apenas fariam 4 vazas (duas a Ouros, R♠ e R♥) antes de S fazer as suas nove vazas e cumprir o contrato.

NORTE (N)

♠	♥	♦	♣
V	D	7	A
5	8	4	D
3	3		8
			6
			4

SUL (S)

♠	♥	♦	♣
A	A	A	V
10	V	D	10
6		3	9
2			3

Nascimento Coelho
Ex-CTEN AN

SOPAS DE LETRAS

Nº 21

ALFA	INDIA
BRAVO	JULIET
CHARLIE	KILO
DELTA	LIMA
ECHO	MIKE
FOXTROT	NOVEMBER
GOLF	OSCAR
HOTEL	PAPA

C	H	A	R	L	I	E	S	D	E	L	T	A	M
A	K	I	L	O	A	C	A	S	A	H	E	I	I
I	E	I	O	U	F	O	X	T	R	O	T	O	K
N	A	M	A	N	H	A	V	O	U	T	E	E	E
D	T	A	E	N	O	V	E	M	B	E	R	O	S
I	E	E	S	R	R	I	C	S	T	L	U	I	A
A	I	T	A	A	V	O	H	A	I	N	G	A	P
V	L	E	P	C	A	P	O	R	T	I	O	M	A
E	U	R	O	S	C	O	M	E	Ç	A	L	I	P
R	J	I	S	O	V	A	R	B	I	A	F	L	A

Dias Matias
SCH CM

SUDOKU

Nº 114

2	5	1	6	8	7	4	7	1
7	8	3	9	4	1	5	2	6
7	9	6	2	5	7	3	8	1
5	7	2	3	7	9	6	1	8
9	1	7	8	6	7	2	3	5
3	6	8	5	1	2	7	4	9
1	7	5	7	9	8	6	2	7
8	3	7	1	2	6	9	5	7
6	2	9	7	8	5	1	7	3

FÁCIL

DIFÍCIL

4	7			8		6	2	9
2								
								1
	4							
5			7	9		4		
			6		3		7	
1					2			7
	2	5		7			8	
			8	3				

FÁCIL

	9	5				8	1	
			9					
		4	3	5		9		
					5			1
	5	1		3		2	6	
		3			8	7		
	8		6					7
					4			2
	2	7						

DIFÍCIL



NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

CMG AN Carlos Miguel da Silva Monginho, Adido da Defesa junto da Embaixada de Portugal em Washington D.C., Estados Unidos da América • CFR M Artur Jorge Martins Dias Marques, para o cargo «*TFC SFX 0130 Staff Officer (Doctrine)*», junto da Nato – *Ukraine Joint Analysis, Training and Education Centre (JATEC)*, em Bydgoszcz, na Polónia • CFR M Jorge Moreira da Silva Ângelo, designado como Técnico Especialista, para exercer funções de assessoria militar no Gabinete do MDN • CFR M Ana Patrícia Lisboa Leitão Dias da Trindade como Técnica Especialista, para exercer funções de assessoria militar no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da DN • CFR M Rui Miguel Vasconcelos de Andrade, Capitão do Porto de Sines • CFR M Carlos Alberto Salvado Pires, Capitão do Porto da Figueira da Foz • CFR M Paulo Sérgio Gomes Agostinho, Capitão do Porto de Setúbal • CFR M Pedro Luís Fernandes da Palma, Capitão do Porto de Olhão • CTEN M Sérgio Filipe de Deus Pardal, Capitão do Porto de Vila Real de Santo António • 1TEN M Pedro Jorge Silva Guerreiro, Comandante do NRP *Tejo* • 2TEN M Diogo Miguel Farinha Martins, Comandante do NRP *Orion* • 1TEN M Ricardo André Fernandes Gaspar Alberto, Comandante do NRP *Zaire*.

RESERVA

CMG M Pedro Miguel Carvalho Pinto • CMG EN-AEL Luís Filipe do Amaral Arsénio • CMG FZ Joel Carlos Neto dos Santos Formiga • CFR TSN-COM Maria Etelvina Carvalho Martins • CFR ST-AEL Rui João Ferreira Rodrigues Leite • CFR EN-MEC José Paulo Vidinhas Ferreira Marques Pires • CTEN STFZ José Luís de Figueiredo Pereira • SMOR FZ António Manuel Guerreiro Lopes • SMOR MQ Luís António Coelho de Sousa Fava • SMOR FZ Abel Teixeira Jorge • SMOR MQ José Orlando Ximenes Marques • SMOR M António Manuel Esteves Rodrigues Nunes • SMOR M Carlos Manuel Chaveiro Matos • SCH B Edegar Rafael Quintela Nogueira • SCH C Carlos Manuel Seraninho Pires • SAJ C Mário Miguel dos Santos Alves da Silva • SAJ L Luís Miguel Amaral Almeida • SAJ L José Alfredo Ribeiro Guimarães • SAJ L António Manuel Nascimento de Brito • SAJ TF Carlos Manuel Pereira de Sousa • SAJ L Manuel Felício Cenrada • CMOR FZ José Manuel de Matos Sequeira • CMOR V Luís Filipe Lopes Rodrigues • CMOR FZ António José Almeida Silva • CMOR TFH José Eduardo Dias Arsénio • CMOR TFH Diocleciano Augusto Miranda • CMOR FZ Luís Jorge Barca do Carmo • CMOR FZ Jorge Manuel Marques da Graça Mouzinho • CMOR FZ Antero dos Santos Rodrigues • CMOR FZ Rui Manuel Cebolas Nicolau • CMOR M Filipe Paulo Silva Vieira • CMOR U Rui Fernando Alves Martins • CMOR FZ Paulo Jorge Afonso Pimenta • CAB CRO Luciano António de Sousa Costa Rodrigues • CAB CCT Paulo Jorge Magalhães de Melo • CAB TFH José Carlos

Monteiro Libório • CAB FZ Armando Manuel Gemelgo Silva • CAB L Joel José Duarte de Jesus • CAB L Rui Jorge Batista Dias • CAB M José Silvio Vares Cabral • CAB L João Manuel Xavier Boino Nogueira • CAB L Ana Paula Sousa Lopes Carreira • CAB E Georgino Manuel Moreira Ferreira de Bastos • CAB CCT António Domingos Mendes Pedro • CAB TFH João Carlos Nunes Oliveira.

REFORMA

CALM AN Sílvia Manuel Henriques da Silva Ramalheira • CALM MN Nelson Octávio Castela Lourenço dos Santos • CMG EMQ Fernando Luís dos Santos Teixeira de Melo • CFR SEE Cândido José Simões • CFR SEE Rui Manuel Sousa Pires • CFR SEM Carlos Manuel Moleiro Oliveira • SMOR MQ Jerónimo Salgado da Conceição • SMOR M Manuel Fernando Pereira Salgado • SMOR ETS Manuel António Cunha Cruz • SMOR ETS António José Cosme Mendonça • SMOR ETI Prudêncio Lopes Ferreira • SMOR ETI António Adelino Antunes Paulino • SMOR FZ Henrique Manuel Godinho Damásio • SMOR B Cristiano Rafael Ricardo Vieira Dias • SMOR FZ António Manuel Alves Esteves Nunes • SMOR FZ Manuel Marques Luís • SMOR R José Francisco Cavaco dos Santos • SMOR ETA Vítor Manuel Bastos da Silva Alves • SMOR C Sudhir Kumar Aracchande • SMOR C João Manuel Silva Cardoso Mendes • SMOR C António José Gregório Pereira • SMOR L Cesário Manuel Andrade Rama • SCH ETC Carlos Augusto Rodrigues Simões • SCH CM José Francisco Mata Chaiça • SCH FZ Carlos Fernando Bicho Rodrigues Beja • SAJ A Hernâni Rodrigues dos Santos • CMOR CM Ernesto Rui da Silva Castro • CMOR A Manuel Marques Rações • CAB TFH Carlos Alexandre Figueiras Francisco.

FALECIDOS

9145 VALM M REF Joaquim Neves Cardoso Tavares • 297253 CFR MQ REF Orlando Baptista da Silva Lourenço • 65378 CFR MN REF João Pedro Guerreiro Monteiro • 62362 CTEN MN REF Eduardo Augusto de Vilhena Magalhães Crespo • 349453 SMOR E REF João António Mendes • 31271 SMOR SE REF Albano de Paiva Alves • 101179 SMOR E REF Carlos Alberto dos Santos Martinho Lérias • 493058 SMOR H REF José Maria Muchão • 217265 SCH FZ REF Fernando Augusto Vicente • 366954 SAJ CE REF Horácio José • 1069363 SAJ A REF José Venâncio Pereira • 427956 SAJ A REF Manuel Inácio Serol Meirinha • 244274 SAJ T REF Carlos Manuel Guerra Pena • 216356 1SAR MQ REF Aníbal da Silva Pinto • 4465 1SAR HE REF Alberto das Dóres Alexandre • 656660 CAB FZ REF João Pedro Sirini Garção • CAB E REF Arsénio Teixeira Campelo • 68565 CAB FZ REF José Antunes Ribeiro • 34013075 PAT Costa QPMM APO António Maria Moutinho • 34016663 MAQ 2CL QPMM APO Joaquim Manuel Capitão Amaro • CAB PONTE QPMM APO Alberto José Carrapiço.

O LEGADO DE VASCO DA GAMA PELOS OLHOS DO

ARCANJO

No Museu de Marinha, sou o guardião da memória e testemunho da participação de Portugal na construção da história; presenciei com os meus próprios olhos, algumas das grandiosas epopeias da navegação portuguesa.



65cm

22cm

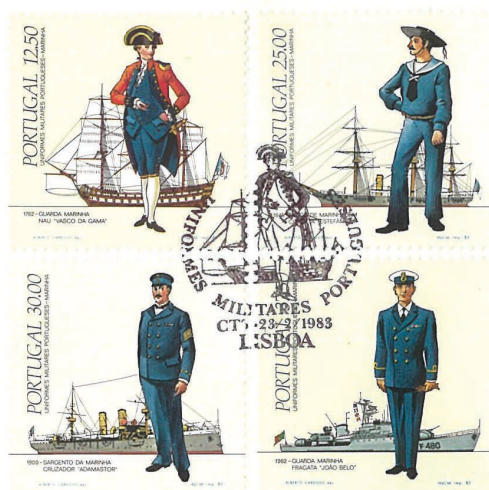
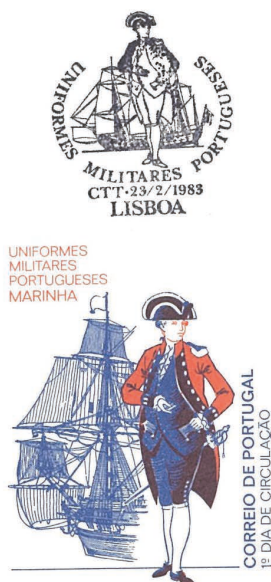
SAIBA MAIS



MUSEU DE MARINHA

MARINHA PORTUGUESA EM SELOS (XIII)

Uniformes Militares Portugueses - Marinha, 1983



Sobrescrito e carimbo de 1.º dia da emissão
Autor: Alberto Cardoso

Coleção CTT Correios de Portugal
Imagens cedidas por CTT Correios de Portugal e Fundação Portuguesa das Comunicações.

O novo Regulamento de Uniformes dos Militares da Marinha (RUMM) teve em consideração a necessidade de garantir maior conforto e funcionalidade na utilização dos uniformes. Os uniformes e artigos previstos no RUMM anterior continuam em vigor até 1 de janeiro de 2027.

